

RELATÓRIO E CONTAS

2015

GNB-Companhia de Seguros, S.A. (*)

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75 – 11.º - 1070-061 Lisboa
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503718092

(*) GNB - Companhia de Seguros, S.A., passou a ser, desde 7 de janeiro de 2015, a nova denominação social da BES, Companhia de Seguros, S.A.

Índice

1. Relatório de Gestão referente ao exercício de 2015

- 1.1 Estrutura e práticas de governo societário
- 1.2 Enquadramento macroeconómico
 - 1.2.1 Situação económica internacional
 - 1.2.2 Situação económica nacional
 - 1.2.3 O setor segurador
- 1.3 Principais indicadores e variáveis da atividade
- 1.4 A atividade da GNB Seguros
- 1.5 Proposta de aplicação de resultados
- 1.6 Nota Final

2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

- 2.1 Conta de Ganhos e Perdas
- 2.2 Balanço
- 2.3 Demonstração de Variações do Capital Próprio
- 2.4 Demonstração do Rendimento Integral
- 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria \ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

- 3.1 Certificação Legal das Contas
- 3.2 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

1. Relatório de Gestão

1.1. Estrutura e práticas de governo societário

1.1.1. Introdução

Neste período há a salientar o regresso à normalidade após terem sido absorvidos os efeitos da medida de resolução aplicada a um dos acionistas de referência no ano transato.

A designação social da empresa passou a ser GNB, Companhia de Seguros, S.A., sendo comumente conhecida através da marca GNB Seguros de forma a alinhar essa referência à do seu principal canal de distribuição, o Novo Banco.

Durante o período em observação não ocorreram alterações ao nível das regras e estrutura de governo da GNB Seguros.

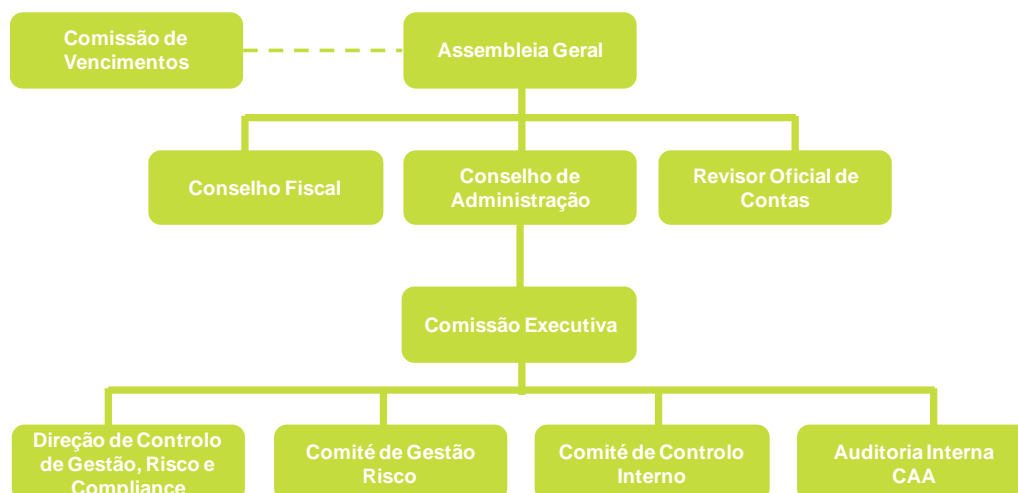
A sua ação consubstanciou-se na manutenção da garantia de uma governação responsável e norteadas por objetivos concretos, tendo em vista a criação de valor para os seus acionistas, valorização dos colaboradores e disponibilização de produtos e serviços integradores de valor acrescentado para os clientes e por estes percebido.

A transparência e lealdade nas relações com todos revestem-se de fulcral importância para a consolidação da sua carteira, assim como a adoção e respeito integral das boas regras vigentes no mercado em que se insere.

Neste período foi também fundamental a intervenção das áreas de Gestão de Risco, Controlo Interno, Compliance e o funcionamento dos diversos Comitês existentes, como auxiliares no processo de suporte à tomada de decisão, avaliando e monitorizando os riscos e assegurando o cumprimento dos deveres legais a que a sociedade está obrigada e, nas situações em que tal se mostrou necessário, propondo medidas de mitigação aos riscos identificados.

1.1.2 Estrutura do Governo da GNB Seguros

O sistema de governo da GNB Seguros baseia-se no sistema de três linhas de defesa, suportado por uma estrutura de governo bem definida, complementada por Comitês, Funções-chave e Políticas.



1.1.2.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral de Acionistas, que reúne pelo menos uma vez por ano, em sede de Assembleia Geral Anual de Acionistas, tem por principais competências proceder à eleição dos órgãos sociais, deliberar sobre o relatório de gestão, as contas do exercício e a distribuição de resultados.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, Vice-presidente e um Secretário. Os membros da Mesa são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

1.1.2.1.1. Regras Estatutárias sobre o exercício do direito de Voto

Relativamente à participação e exercício do direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral:

“Artigo 13º”

“UM – A Assembleia Geral dos Accionistas é composta por todos os accionistas com direito pelo menos a um voto, que satisfaçam as condições referidas no número seguinte.

DOIS – Só poderão participar na Assembleia os titulares de acções averbadas em seu nome até oito dias úteis antes do dia da reunião.

TRÊS – A Assembleia poderá ser realizada com utilização de meios telemáticos se a sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respectivos intervenientes.

QUATRO – A cada acção corresponderá um voto.

CINCO – Dentro do prazo referido no número dois devem os acionistas que pretendam fazer-se representar por outro acionista apresentar na Sociedade os instrumentos de representação e, bem assim, as pessoas coletivas indicar quem as representará; o presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia.

SEIS – Não é permitido o voto por correspondência.”

1.1.2.1.2. Representação

Os Senhores Acionistas podem fazer-se representar na Assembleia por mandatário constituído por simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia, acompanhada de cópia legível de documento original válido, com fotografia, do qual conste o nome completo, a data de nascimento e nacionalidade, que deverá estar em vigor. Os Senhores Acionistas que sejam pessoas coletivas deverão indicar o nome de quem os representará.

Os instrumentos de representação, bem como os documentos comprovativos da qualidade de acionistas e de que as respectivas acções ficam bloqueadas até ao final da Assembleia, deverão ser entregues, na sede social, até às 16.30 horas do terceiro dia útil anterior ao designado para a Assembleia.

1.1.2.1.3. Quórum

Em primeira data de convocação, a Assembleia Geral de Acionistas não pode reunir-se sem estarem presentes ou representados acionistas titulares de acções representativas de setenta e cinco por cento do capital social.

Em segunda convocação, a Assembleia poderá deliberar seja qual for o número de acionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.

1.1.2.1.4. Intervenção da Assembleia Geral sobre a política de remuneração da sociedade

A Assembleia Geral aprova anualmente a política de remuneração do Conselho de Administração e do órgão de Fiscalização.

1.1.2.2. Conselho de Administração

A Gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por sete a nove Administradores designados por quatro anos, sendo permitida a reeleição dos respectivos membros.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva constituída por três dos seus membros: um Presidente Executivo, um Administrador responsável pela área financeira e um Administrador responsável pela área operacional e organizativa, que reúne pelo menos uma vez por mês e sempre que convocada por qualquer dos seus membros.

1.1.2.2.1. Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade

O Conselho de Administração é composto por sete, ou nove administradores.

A Assembleia Geral fixará o número de administradores; na falta de deliberação expressa, considera-se fixado o número de administradores eleitos.

Os administradores podem ser acionistas ou pessoas estranhas e são eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas por períodos de quatro anos, sendo permitida a reeleição.

A Assembleia Geral poderá eleger administradores suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efetivos, na data da eleição respectiva.

A alteração do Contrato de Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

1.1.2.2.2. Poderes do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne, pelo menos uma vez, em cada três meses e não pode deliberar sem que estejam presentes ou representados cinco ou seis dos seus membros, consoante o Conselho de Administração seja composto por sete ou nove membros.

As seguintes matérias deverão necessariamente ser discutidas e aprovadas por deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, tomada por uma maioria de cinco ou seis membros do Conselho de Administração, consoante o número total de membros seja de sete ou nove:

1. Aprovação ou modificação do Regulamento Interno do Conselho de Administração;
2. Aprovação de contratos com terceiros cujos valores/ responsabilidades excedam em 10% as despesas totais anuais da Sociedade (excluindo despesas com comissões e partilha de lucros);
3. Concessão de financiamentos, depósitos, ou prestação de garantias acima do valor de um milhão de euros.
4. Aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis por valor superior a 5 milhões de euros, desde que os bens imóveis sejam utilizados na gestão corrente da sociedade.
5. Solicitação de financiamentos ou criação de passivo acima dos dez milhões de euros (por transação).
6. Início, desenvolvimento ou cessação de relações com entidades que não se integrem no Grupo Novo Banco, composto pelo Novo Banco ou por qualquer entidade por si directa ou indirectamente dominada.

7. Licenciamento ou concessão de direitos sobre a propriedade intelectual ou industrial da Sociedade.
8. Alargamento ou redução da atividade social ou modificação do objeto da sociedade;
9. Aprovação do Balanço e contas da Sociedade e todos os documentos legais de prestação de contas da Sociedade;
10. Aprovação de proposta de aplicação de resultados;
11. Emissão de obrigações.

A decisão de aumento de capital da Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

1.1.2.3. Conselho Fiscal

A função de fiscalização interna da GNB Seguros é atribuída ao Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente.

O Conselho Fiscal da GNB Seguros é composto por um Presidente, dois membros efetivos e um membro suplente.

Os membros do conselho Fiscal são eleitos por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

1.1.2.4. Revisor Oficial de Contas

A fiscalização externa da companhia é assegurada pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da GNB Seguros, a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., bem como pela autoridade de supervisão a que a GNB Seguros está sujeita, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Sob proposta do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral designou um Revisor Oficial de Contas para proceder ao exame das contas da Sociedade. O Revisor Oficial de Contas é eleito por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

1.1.2.5. Secretário da Sociedade

O Secretário e o seu Suplente são designados pelo Conselho de Administração e a duração das suas funções coincide com o mandato do Conselho de Administração que o designar.

1.1.2.6. Comissão de Vencimentos

É atribuição da comissão de vencimentos definir a política de remunerações dos órgãos sociais, a aprovar em Assembleia Geral, bem como a remuneração específica de cada órgão.

1.1.3 Órgãos Sociais

Em Assembleia Geral da GNB Seguros, realizada no dia 31 de Março de 2015, foram nomeados o presidente e o secretário da Mesa da Assembleia Geral por os anteriores terem renunciado ao cargo.

Em Assembleia Geral da GNB Seguros, realizada no dia 7 de Dezembro de 2015, foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o quadriénio de 2016 a 2019.

Assim, ao longo dos exercícios em análise a composição dos órgãos sociais foi a seguinte:

1.1.3.1. Mesa da Assembleia Geral

	Período		
	desde 01/01/2016 ⁽¹⁾	de 31/03/2015 a 31/12/2015	de 01/01/2014 a 31/03/2015
Pedro Moreira de Almeida Queiroz de Barros	Presidente	Presidente	-
João Gomes da Silva	-	-	Presidente
Michel Victor François Villatte	Vice-Presidente	Vice-Presidente	Vice-Presidente
Eugénio Fernando de Jesus Quintais Lopes	Secretário	Secretário	-
Francisco Vieira da Cruz	-	-	Secretário

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015.

1.1.3.2. Conselho de Administração

	Período		
	desde 01/01/2016 ⁽³⁾	de 31/03/2015 a 31/12/2015	de 01/01/2014 a 31/03/2015
José António Rodrigues Nunes Coelho	Presidente (N.E) ⁽²⁾	-	-
Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos	C.O.O.	Presidente (N.E) ⁽²⁾	Presidente ⁽¹⁾ (N.E) ⁽²⁾
Jean-Luc Claude Michel François	Vice-Presidente (N.E) ⁽²⁾	Vice-Presidente (N.E) ⁽²⁾	Vice-Presidente (N.E) ⁽²⁾
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	C.E.O.	C.O.O.	C.O.O.
Vincent Claude Paul Pacaud	-	C.E.O.	C.E.O.
Hervé Marcel Andre Hassan	C.F.O.	C.F.O.	C.F.O.
Thierry Adolph Langreny	Vogal (N.E) ⁽²⁾	Vogal (N.E) ⁽²⁾	Vogal (N.E) ⁽²⁾
Guillaume Oreckin	Vogal (N.E) ⁽²⁾	Vogal (N.E) ⁽²⁾	Vogal (N.E) ⁽²⁾
Mário Jorge Tapada Gouveia	Vogal (N.E) ⁽²⁾	-	-
Jan Adriaan de Pooter	Vogal (N.E) ⁽²⁾	-	-
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso	-	Vogal (N.E) ⁽²⁾	Vogal (N.E) ⁽²⁾
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha	-	Vogal (N.E) ⁽²⁾	Vogal (N.E) ⁽²⁾

(1) Cooptado em 22/10/2014.

(2) Não Executivo.

(3) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015.

1.1.3.3. Conselho Fiscal

	Período		
	desde 01/01/2016 ⁽¹⁾	de 31/03/2015 a 31/12/2015	de 01/01/2014 a 31/03/2015
António Joaquim Andrade Gonçalves	Presidente	-	-
José Maria Ribeiro da Cunha	Vogal Efetivo	Presidente	Presidente
Jacques dos Santos	-	Vogal Efetivo	Vogal Efetivo
Jean Roger Allely	Vogal Efetivo	Vogal Efetivo	Vogal Efetivo ⁽²⁾
Olivier Sperat Czar	-	-	Vogal Efetivo ⁽³⁾
Paulo Ribeiro da Silva	Vogal Suplente	Vogal Suplente	Vogal Suplente

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015.

(2) Desde 28/03/2014.

(3) Até 27/03/2014.

1.1.3.4. Revisor oficial de contas

	Período		
	desde 01/01/2016 ⁽¹⁾	de 31/03/2015 a 31/12/2015	de 01/01/2014 a 31/03/2015
Ernst & Young Audit & Associados -SROC, S.A. ⁽²⁾	Efetivo	Efetivo	Efetivo
João Carlos Miguel Alves (revisor oficial de contas)	Suplente	Suplente	Suplente

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015.

(2) Representada por Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (revisor oficial de contas)

1.1.3.5. Secretário da Sociedade

	Período		
	desde 01/01/2016 ⁽¹⁾	de 31/03/2015 a 31/12/2015	de 01/01/2014 a 31/03/2015
Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho	Secretário	Secretário	Secretário

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015.

1.1.3.6. Comissão de Vencimentos

	Período		
	desde 01/01/2016 ⁽¹⁾	de 31/03/2015 a 31/12/2015	de 01/01/2014 a 31/03/2015
Francisco Ravara Cary	Membro	-	-
Rui Manuel Leão Martinho	-	Membro	Membro
Renaud Filipelli	Membro	Membro	Membro

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015.

1.1.4 Estrutura de Capital

O Capital Social da GNB Seguros é de 15.000.000 euros, representado por 3.000.000 acções com valor nominal de 5,00 euros cada.

1.1.5 Estrutura Accionista

Estrutura Accionista Actual - 31 de Dezembro de 2015		
Accionista	Nrº Acções	% Capital Social
Crédit Agricole, S.A.	1.500.000,00	50,00000%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	750.000,00	25,00000%
Novo Banco, S.A.	749.800,00	24,99334%
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	100,00	0,00333%
ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.	100,00	0,00333%
Total	3.000.000,00	100,00000%

1.1.5.1. Transmissibilidade das Acções

Os accionistas não transmitentes têm direito de preferência na transmissão a terceiros da totalidade ou de parte das acções que o accionista transmitente pretenda efectuar.

1.1.5.2. Alteração dos Estatutos da GNB Seguros

Qualquer alteração do Contrato de Sociedade da GNB Seguros, incluindo deliberações sobre alterações de capital, tem que ser submetida à aprovação da Assembleia Geral. As deliberações sobre a alteração do Contrato de Sociedade devem ser aprovadas por maioria de dois terços dos votos emitidos, devendo para o efeito estar presentes pelo menos 75% dos votos.

1.1.6 Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento

A Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento assenta nas principais linhas gerais:

- a) *Colaboradores sujeitos ao dever de comunicação*: Todos os colaboradores têm obrigação de comunicar ao seu superior hierárquico;

- b) *Entidade que recolhe a comunicação*: Direcção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance*; a área de *Compliance* perante a comunicação referida, deve apreciar a situação descrita e determinar as acções que, perante cada caso concreto, entenda por convenientes. Para este fim, esta Direcção poderá solicitar a colaboração da Direcção de Auditoria Interna.

Se da apreciação da situação de irregularidade ficar provado que se tratou de uma violação de leis, regulamentos ou dos princípios e deveres internos, serão adoptadas as medidas disciplinares necessárias com o objectivo de salvaguardar os interesses da Companhia, de acordo com a disposição da legislação em vigor.

- c) *Comunicações Anónimas*: Não são admitidas nem serão tidas em conta comunicações anónimas. Toda e qualquer situação de detecção e correcção de situações de incumprimento reportada serão tratadas confidencialmente, nomeadamente quanto à sua origem, e com a devida discrição;
- d) *Não retaliação*: É expressamente proibida qualquer retaliação contra os Colaboradores que efectuem a referida comunicação;
- e) *Arquivo das Comunicações*: Se derem origem a processos internos de investigação, são arquivadas confidencialmente até à conclusão dos respectivos processos. Findas as investigações, os dados serão eliminados nos termos e condições legalmente definidas.

1.1.7 Política de Remuneração

A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, fixa a remuneração dos membros dos órgãos sociais da GNB Seguros.

Anualmente, a Comissão de Vencimentos submete à apreciação da Assembleia Geral uma Declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais da GNB Seguros.

A política de remunerações para 2015 foi aprovada na Assembleia Geral Anual do dia 31 de Março de 2015 e teve o seguinte conteúdo:

- “ 1. *Considerando que a política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da GNB Seguros deve ter por base a articulação com os mecanismos que assegurem o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os objectivos estratégicos da empresa;*
2. *Considerando que a remuneração dos membros dos órgãos sociais deve ser estruturada de modo a remunerar, de forma justa e eficiente, a competência e dedicação de cada um dos seus membros, tendo em conta o respectivo desempenho individual e global;*
3. *Considerando que na GNB Seguros a aprovação da remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é, nos termos estatutários, da competência da Comissão de Vencimentos;*
4. *Considerando que, para os membros executivos do Conselho de Administração, deve existir uma remuneração variável, a par da remuneração fixa, e que a referida remuneração variável deve depender do grau de cumprimento dos objectivos da empresa, tal como fixados pela totalidade do seu Conselho de Administração.*

Propõe-se a aprovação da seguinte declaração sobre Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização da GNB SEGUROS:

1. Membros do Conselho de Administração

a) Presidente do Conselho de Administração (não executivo)

O Presidente do Conselho de Administração pode auferir uma remuneração fixa, paga 14 vezes ao ano.

b) Outros Membros não executivos do Conselho de Administração

Os membros não executivos do Conselho de Administração não têm remuneração fixa ou variável.

c) Membros executivos do Conselho de Administração

Composição da Remuneração

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração pode ser composta por duas componentes:

i. Fixa, com referência ao exercício em curso;

A remuneração fixa é estabelecida pela Comissão de Vencimentos tendo em conta:

- 1. As remunerações pagas por empresas de dimensão semelhante a operar no sector segurador em Portugal;*
- 2. As remunerações pagas em outras empresas do Grupo Económico dos accionistas para cargos de responsabilidade semelhante;*
- 3. O desempenho individual anual de cada Administrador.*

ii. Variável, com referência ao ano anterior, estabelecida no primeiro trimestre do exercício em curso, segundo critérios abaixo definidos.

Limites e Equilíbrio na Remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos em sede de Assembleia Geral, não podendo nunca ser inferior a 40% da remuneração total anual.

A parte variável, a existir, representará em média 30% a 40% da remuneração total anual.

Critérios de Definição da Componente Variável, Mecanismos de Limitação e Momento do seu Pagamento

A remuneração variável é referente ao desempenho de curto prazo.

A remuneração variável depende de decisão a tomar, caso a caso, pela Comissão de Vencimentos, e pode ou não ser atribuída anualmente considerando o desempenho individual e global dos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração, bem como o grau de cumprimento dos objectivos globais da empresa no exercício económico anterior.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para os membros da Comissão Executiva, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não se considera necessário proceder ao diferimento de uma parte da remuneração variável, sendo a mesma, se existir, paga de uma só vez.

Os membros do Conselho de Administração que desempenham funções em órgãos de administração de Sociedades em relação de Grupo com a GNB Seguros, podem ser remunerados pelas referidas Sociedades e/ou pela GNB Seguros, de acordo com o relevo das funções desempenhadas

2. Membros do Órgão de Fiscalização

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal inclui apenas uma componente fixa, mensal, paga 14 vezes ao ano, determinada anualmente pela Comissão de Vencimentos.

3. Membros da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral é determinada pela Assembleia Geral e corresponde a uma quantia fixa por presença em cada Assembleia.

Em 2015, as remunerações suportadas pela GNB Seguros referentes aos membros dos seus Órgãos Sociais foi a seguinte:

Exercício de 2015

Nome	Órgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Órgãos Sociais
Vincent Claude Paul Pacaud	Conselho de Administração	285.600 €	422.200 €	707.800 €
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	140.000 €		140.000 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	10.710 €		10.710 €
Jacques dos Santos	Conselho Fiscal	8.540 €		8.540 €
Total		444.850 €	422.200 €	867.050 €

Exercício de 2014

Nome	Órgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Órgãos Sociais
Joaquim Anibal Brito Freixial de Goes	Conselho de Administração	32.083 €		32.083 €
Vincent Claude Paul Pacaud	Conselho de Administração	285.600 €	22.200 €	307.800 €
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	140.000 €		140.000 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	10.710 €		10.710 €
Jacques dos Santos	Conselho Fiscal	8.540 €		8.540 €
Total		476.933 €	22.200 €	499.133 €

os valores apresentados referem-se apenas à parte suportada pela GNB Seguros

1.2. Enquadramento macroeconómico

1.2.1. Situação económica internacional

O ano de 2015 ficou marcado por uma ligeira desaceleração da actividade económica global, com o crescimento do PIB a recuar de 3.4% para 3.1%. Esta evolução resultou, sobretudo, da desaceleração das economias emergentes, com destaque para a China, mas com esta tendência extensível a diversas economias na Ásia e América Latina.

Nas economias desenvolvidas e, em particular, nos Estados Unidos e na Zona Euro, prosseguiu uma recuperação cíclica, sobretudo assente na procura interna e beneficiando da queda do preço do petróleo, de progressos nos ajustamentos de balanço dos agentes económicos, numa melhoria das condições de financiamento (associada à manutenção, e intensificação, de fortes estímulos monetários) e num maior suporte da política orçamental.

Nos Estados Unidos, o crescimento do PIB manteve-se em 2.4%, suportado por uma política monetária expansionista, pela atenuação da natureza restritiva da política orçamental e pela queda significativa do preço do petróleo. Na Zona Euro, o crescimento do PIB acelerou de 0.9% para cerca de 1.5%, beneficiando do comportamento favorável da procura interna, que compensou o impacto da desaceleração da procura externa.

Este crescimento foi, no entanto, insuficiente para afastar os receios sobre pressões desinflationistas. Nos Estados Unidos, a inflação recuou de 1.6% para 0.1%. Na Zona Euro, a inflação recuou de 0.4% para 0%, forçando o Banco Central Europeu (BCE) a anunciar novos estímulos monetários. No sentido de promover o regresso da inflação a níveis consistentes com a estabilidade de preços a médio prazo, o BCE anunciou, em Dezembro, uma redução adicional da taxa da facilidade de depósito dos bancos junto do Banco Central e o prolongamento, até Março de 2017, do programa de aquisição de títulos de dívida. Para além disso, incluiu no programa de aquisição de activos do sector público os títulos de dívida de Governos regionais e locais e decidiu reinvestir o capital reembolsado aquando da maturidade dos títulos adquiridos.

Para além da fraca pressão dos salários sobre os preços, o comportamento da inflação em 2015 é explicado pela queda de quase 36% no preço do petróleo (Brent), com a persistência de um excesso de oferta global neste mercado. Neste contexto, os juros de mercado mantiveram-se contidos. As *yields* dos Treasuries e dos Bunds a 10 anos subiram, respectivamente, de 2.17% para 2.27% e de 0.54% para 0.63%. Na Zona Euro a Euribor a 3 meses recuou de 0.08% para -0.13%. Na mesma maturidade, e com o Fed a elevar os juros de referência pela 1ª vez em quase 9 anos (em 25 pontos base, em Dezembro, para o intervalo 0.25%-0.5%), a taxa Libor do USD a 3 meses subiu de 0.26% para 0.61%. Esta divergência entre Fed e BCE contribuiu para uma apreciação do dólar (+11.4% vs. euro, para cerca de EUR/USD 1.09). Todo este contexto, complementado com factores de natureza política ou geopolítica (e.g. crise da Grécia, instabilidade no Médio Oriente), gerou momentos de elevada volatilidade nos mercados financeiros. Nos Estados Unidos, o Nasdaq subiu mais de 5%, mas o Dow Jones e o S&P500 recuaram no ano (-2.2% e -0.7%). Já na Zona Euro e no Japão, os principais índices beneficiaram da expectativa de novos estímulos monetários (+9.6% no DAX e +9.1% no Nikkei).

1.2.2. Situação económica nacional

Em Portugal, o crescimento do PIB subiu de 0.9% para 1.5% em 2015, sobretudo com o contributo de um maior dinamismo da procura interna (em particular, do consumo e investimento privados). O crescimento foi suportado pela queda dos preços do petróleo, pelo baixo nível das taxas de juro, por uma melhoria gradual das condições de financiamento, por uma natureza ligeiramente expansionista da política orçamental e por um desempenho favorável das exportações para os mercados europeus. O mercado de trabalho prosseguiu a trajectória de melhoria ocorrida no ano anterior, tendo a taxa de desemprego revelado uma diminuição de 13.9% para 12.5% da população activa. A inflação média anual situou-se em 0.5%, após o registo de -0.3% em 2014.

A tendência de estabilização financeira, a recuperação da actividade económica e o impacto positivo das medidas do BCE resultaram numa melhoria da percepção externa sobre a economia portuguesa, que se traduziu numa melhoria das condições de acesso ao financiamento de longo prazo nos mercados de capitais. A *yield* das Obrigações do Tesouro a 10 anos prosseguiu a trajectória descendente registada já no ano anterior, embora de forma mais moderada, descendo, no conjunto do ano, de 2.69% para 2.52%, com o diferencial face à dívida alemã da mesma maturidade a estreitar-se de 215 para 189 pontos base. O final de 2015 e o início de 2016 foram, contudo, marcados por um ligeiro alargamento do *spread* soberano, reflectindo inicialmente um contexto de incerteza política e, depois, os efeitos das medidas de resolução aplicadas em Dezembro no sector financeiro e a persistência de alguma incerteza em torno da política orçamental. O défice das contas públicas atingiu 4.2% do PIB em 2015, incluindo os efeitos da recapitalização do Banif. Excluindo esse efeito, o défice público terá atingido 3% do PIB. Apesar da recuperação da procura interna, o saldo conjunto da balança corrente e de capital beneficiou de uma melhoria dos termos de troca, estimando-se que o respectivo excedente tenha aumentado de 1.9% para 2.2% do PIB.

1.2.3. O setor segurador

Em 2015 o setor segurador continuou a sua preparação para a introdução do regime de Solvência II, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2016, nomeadamente com a adaptação dos seus modelos de negócios em termos de requisitos financeiros e de governação.

Também neste sentido se verificou alterações no quadro regulamentar, com a aprovação da Lei 147/2015 de 9 de Setembro, que estabelece o regime jurídico de acesso ao exercício da atividade seguradora e resseguradora e altera o regime jurídico do contrato de seguro.

Por outro lado, a alguma instabilidade do setor financeiro, agravados pelos acontecimentos recentes ao nível do setor bancário, teve natural impacto na evolução do negócio e dos riscos do setor segurador.

Tendo por base a informação disponível na ASF, em termos globais, a produção de seguro direto registou uma diminuição de 11,6% face a igual período de 2014, situando-se em cerca de 11,9 mil milhões de euros. Para este decréscimo foi determinante a quebra de 17,8% verificada no ramo Vida. Para esta diminuição contribuíram as variações negativas em quase todas as modalidades, à exceção dos contratos de investimento ligados. De salientar a evolução negativa dos Planos Poupança Reforma (PPR), que registaram uma diminuição de 24,6% face ao período homólogo de 2014, representando em termos globais 22,3% da produção total.

A produção dos ramos Não Vida ultrapassou 3,5 mil milhões de euros, mais cerca de 254 milhões do que em igual período do ano anterior, representando um acréscimo de 7,7%, para o qual também contribuiu a entrada,

no período em análise, de uma empresa de seguros Não Vida no universo das empresas supervisionadas. Contudo, sem o efeito desta entrada, verifica-se um incremento de cerca de 3,8% face a 2014.

Produção de seguro direto em Portugal

Valores em 10³ Euro

	Dez-15	Dez-14	Variação	Estrutura	
				Dez-15	Dez-14
Total	11.942.358	13.511.773	-11,6%	100,0%	100,0%
Ramo Vida	8.407.010	10.230.683	-17,8%	70,4%	75,7%
Ramos Não Vida	3.535.348	3.281.090	7,7%	29,6%	24,3%

Estas evoluções conduziram a uma diminuição do peso deste ramo no total da carteira de prémios de seguro direto de 5,3 pontos percentuais, face a dezembro de 2014. Assim, o ramo Vida representa 70,4% do total da produção de seguro direto e os ramos não vida 29,6%.

Não obstante o facto da estrutura de prémios se ter mantido relativamente estável, a modalidade de Acidentes de Trabalho e o ramo Doença aumentaram o seu peso no cômputo dos ramos Não Vida, por contrapartida de decréscimos pouco significativos do peso nos outros ramos/modalidades.

	Dez-15	Dez-14	Variação	Estrutura	
				Dez-15	Dez-14
Total Não Vida	3.535.348	3.281.090	7,7%	100,0%	100,0%
Acidentes de Trabalho	514.743	450.906	14,2%	14,6%	13,7%
Doença	611.746	553.573	10,5%	17,3%	16,9%
Incêndio e Outros Danos	698.977	666.145	4,9%	19,8%	20,3%
Automóvel	1.307.260	1.236.139	5,8%	37,0%	37,7%
Restantes Ramos	402.622	374.327	7,6%	11,4%	11,4%

A produção de seguro direto de Acidentes de Trabalho foi a que apresentou maior crescimento. Em termos comparativos, retirando o efeito do novo operador, o aumento na produção de Acidentes de Trabalho real foi de cerca de 8,1%, refletindo também as medidas tomadas pelas seguradoras no sentido do restabelecimento do equilíbrio técnico desta modalidade e na sequência das recomendações da ASF.

Quanto ao Incêndio e Outros Danos, a produção de seguro direto do ramo cresceu 4,9% (retirando o efeito do novo operador, esta evolução foi de 1,7%). Em termos relativos, apesar de quase metade das modalidades apresentarem um decréscimo nos prémios brutos emitidos, este foi compensado pela evolução positiva das modalidades de Riscos Múltiplos Habitação e Industrial, que em conjunto detêm um peso no cômputo do ramo de cerca de 74%.

Já o ramo Automóvel registou uma variação positiva dos prémios brutos emitidos de seguro direto (retirando o efeito do novo operador, esta evolução foi de 2,1%) face ao período homólogo do ano anterior.

Os custos com sinistros de seguro direto apresentaram em 2015, em termos globais, um incremento de 9,3%, superior ao verificado no ano anterior (4,9%).

No ramo Vida os custos com sinistros aumentaram 10%, sendo esta evolução influenciada pelo comportamento dos resgates, que apresentaram um aumento de 25% face ao período homólogo.

Os ramos Não Vida apresentaram um acréscimo de cerca de 6,6%. A quase totalidade dos ramos/modalidades apresentou um crescimento dos custos com sinistros. A exceção foi para os ramos Incêndio e Diversos. De referir ainda que, retirando a entrada do novo operador, os custos com sinistros cresceram apenas 2,1%.

Quanto aos ativos, no ano de 2015 observou-se um decréscimo de 2,6% no valor dos ativos detidos pelas empresas de seguros face a dezembro de 2014. Esta redução é atenuada pelos investimentos alocados aos ramos Não Vida.

O rácio de cobertura das provisões técnicas registou um valor de 105,5%, o que corresponde a uma diminuição de 0,3 pontos percentuais em relação ao final de 2014, provocado pelo decréscimo quer dos ramos Vida quer dos ramos Não Vida.

Cobertura das provisões técnicas (10 ³ Euros)	Ramo Vida		Ramos Não Vida	
	Dez-15	Dez-14	Dez-15	Dez-14
Total Ativos	43 598 306	44 990 971	6 317 844	6 254 827
Total PT	41 882 658	43 126 238	5 446 195	5 304 599
Cobertura das PT	104,1%	104,3%	116,0%	117,9%

No que respeita à estrutura das carteiras de investimentos afetas à cobertura das provisões técnicas, importa destacar no ramo Vida, a continuação da tendência de aumento do peso das ações e a diminuição do peso dos títulos de dívida. Nos ramos Não Vida observa-se a tendência inversa. No final de 2015 os títulos de dívida representavam 72% das carteiras do ramo Vida e 58% das carteiras dos ramos Não Vida.

No final de 2015, os resultados líquidos das empresas de seguros sob supervisão prudencial da ASF estimam-se na ordem dos 378 milhões de euros.

Estima-se que a taxa de cobertura da margem de solvência da totalidade destas empresas representa um aumento de 32 pontos percentuais face ao final de 2014, estimando-se, no final de 2015, em 238%: 217% no total do ramo, 249% no total dos ramos não vida e 255% nas empresas mistas.

1.3. Principais indicadores e variáveis da atividade

	2015	2014	2013	Var.2015/ 2014	Var.2014/ 2013
(Unidade: Milhares de euros)					
Variáveis de Balanço					
Activo	108.185	115.526	116.468	-6,4%	-0,8%
Liquidez, investimentos e outros tangíveis	93.716	100.679	100.261	-6,9%	0,4%
Provisões técnicas de seguro directo	66.025	64.446	68.558	2,5%	-6,0%
Capital Próprio	29.956	33.097	30.214	-9,5%	9,5%
Variáveis de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos de seguro directo	69.974	71.030	71.059	-1,5%	0,0%
Prémios emitidos líquidos de resseguro	62.091	63.377	63.872	-2,0%	-0,8%
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	62.472	63.644	64.300	-1,8%	-1,0%
Custos com sinistros (bruto)*	46.651	47.286	49.092	-1,3%	-3,7%
Custos com sinistros líquidos de resseguro *	45.681	45.454	46.892	0,5%	-3,1%
Custos e gastos de exploração líquidos	10.173	9.701	10.242	4,9%	-5,3%
Actividade Financeira Líquida	1.805	1.344	2.212	34,3%	-39,2%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	1.536	1.850	2.573	-17,0%	-28,1%
Ganhos líquidos de activos e passivos	271	490	-361	-44,7%	235,7%
Perdas de Imparidade	3	996	0	-99,7%	-
Resultado Líquido do exercício	5.885	7.733	6.993	-23,9%	10,6%
Outras variáveis e rácios					
Nº de apólices - Carteira em Vigor	424.039	435.023	450.805	-2,5%	-3,5%
Nº de colaboradores	57	60	59	-3	1
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	8,4%	10,9%	9,8%		
Resultado líquido / prémios adquiridos líquidos de resseguro	9,4%	12,1%	10,9%		
Resultado líquido / capital próprio	19,6%	23,4%	23,1%		
Nº de apólices em vigor / nº colaboradores	7.439	7.250	7.641		
Prémios brutos emitidos / nº colaboradores	1.228	1.184	1.204		
Resultado líquido / nº colaboradores	103	129	119		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos	65,2%	63,9%	65,4%		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	73,1%	71,4%	72,9%		
Custos e gastos de Exploração/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	16,3%	15,2%	15,9%		
Rácio combinado, líquido de resseguro	89,4%	86,7%	88,9%		

* Inclui custos de gestão de sinistros

1.4. A atividade da GNB Seguros

1.4.1 Introdução

Tal como verificado na segunda metade do ano anterior, em 2015 a GNB Seguros não pode deixar de ser influenciada pela incerteza vivida em torno de um dos seus principais parceiros, seja como acionista ou principal distribuidor - o Novo Banco - com os inevitáveis constrangimentos sentidos de forma transversal em toda a atividade desenvolvida na Companhia.

No que diz respeito ao negócio, as prioridades do Novo Banco centradas no seu próprio financiamento e no processo da sua venda, que contrariamente ao previsto acabou por não se realizar, associadas a um clima de desconfiança no sector bancário e contínuas manifestações públicas de insatisfação por parte de clientes, conduziu a uma situação em que a atividade da venda dos seguros ficou fora do âmbito dos principais objetivos do banco e da rede comercial, traduzindo-se por uma redução do volume de negócios da Companhia.

Por outro lado, na continuidade do verificado anteriormente, manteve-se também a contenção ao nível das despesas e investimentos a realizar. No entanto, apesar de todos os constrangimentos, a GNB Seguros continuou a responder com qualidade reconhecida às necessidades imediatas dos seus clientes e parceiros e prosseguiu, na medida do possível, com a adequação da sua estrutura, processos e ferramentas para responder às necessidades de exercício da atividade num contexto cada vez mais exigente.

E embora com uma redução do volume de negócios, a continuação de bons resultados técnicos e o controlo dos custos operacionais permitiram à Companhia manter resultados globais muito positivos assim como uma solidez económica, com adequados níveis de capital e solvência.

1.4.2 Produção

A produção total obtida em 2015, através das redes do Novo Banco, do Novo Banco dos Açores, do Banco BEST e da Credibom, foi de 57 760 contratos, o que representa um decréscimo em relação a 2014 de 4.359 contratos (-7,0%). Registou-se um grau de cumprimento face ao objectivo de apenas 55,1%, ou seja, um desvio desfavorável de 44,9% em relação ao previsto (- 47.012 apólices).

Esta significativa redução da actividade comercial continuou a ser influenciada pelos acontecimentos em torno do GBES / Novo Banco, originando uma forte diminuição do volume de apólices vendidas a partir do mês de Agosto/2014 (em 2013, ano anterior à resolução do BES, a rede tinha vendido 74.966 contratos).

Pela negativa, em 2015 destacam-se o Automóvel e o Seguro de Saúde, apresentando uma significativa redução da produção quando comparados com o período homólogo do ano anterior. Pela positiva, destacam-se o Protecção ao Crédito e o Seguro Casa, este com um forte crescimento de 35,2% (+ 4.846 apólices vendidas que no período homólogo do ano anterior, influenciadas pela Campanha do Seguro Casa Incêndio associada ao Crédito à Habitação, responsável pela venda de 1.601 contratos).

Associada a uma menor atividade, a carteira em vigor apresenta um decréscimo de 2,5%, atingindo os 424 039 contratos no final de 2015. Para esta diminuição da carteira, contribuiu fortemente os acontecimentos já referidos, embora a redução da Carteira em Vigor em 2015 não tenha atingido os valores de 2014 (perda de 15.782 apólices).

Destaca-se essencialmente a diminuição da carteira nos Seguros Protecção ao Crédito, Saúde e Automóvel (apesar da melhoria das taxas de anulação ao longo de 2015, a produção nova não é suficiente para fazer face à erosão da carteira). Pela positiva destaca-se o seguro Casa, apresentando uma boa performance das vendas e

registando uma diminuição do nível de anulações do produto o que permitiu praticamente a manutenção da Carteira em Vigor (- 0,1% de apólices que em Dez/2014).

	2015	2014	2013	Var.2015/ 2014	Var.2014/ 2013
Nº de apólices vendidas	57.760	62.119	74.966	-7,0%	-17,1%
Nº de apólices - carteira em vigor	424.039	435.023	450.805	-2,5%	-3,5%

Com um volume de 69.974 milhares de euros, os prémios brutos emitidos apresentaram um decréscimo de 1,5% face ao registado em 2014 (- 1.056 milhares de euros), influenciado pelos decréscimos nos Seguros de Saúde (- 4,1%) e Automóvel (- 3,5%). Destaca-se o comportamento positivo face a 2014 dos Acidentes Pessoais (+ 15,0%) influenciado essencialmente pelo Seguro de Proteção ao Crédito (traduzindo uma retoma na concessão de Crédito), com um crescimento de 56,1% em relação a 2014 (+699 milhares de euros).

O decréscimo de produção verificado na Companhia esteve em contraciclo com o registado no mercado dos seguros não vida, que apresentou a maior taxa de crescimento anual dos últimos 10 anos, mantendo no entanto, a GNB Seguros, a quota de mercado global nos seguros não vida em 1,8%.

Prémios Brutos Emitidos

Milhares de Euros	2015	2014	2013	Var.2015/ 2014	Var.2014/ 2013
TOTAL	69.974	71.030	71.059	-1,5%	0,0%
Acidentes de Trabalho	56	21	0	169,1%	19623,0%
Acidentes Pessoais	3.999	3.479	3.294	15,0%	5,6%
Doença	26.023	27.147	27.440	-4,1%	-1,1%
Riscos Múltiplos Habitação	24.180	24.095	24.051	0,4%	0,2%
Automóvel	15.716	16.289	16.275	-3,5%	0,1%
Quota de Mercado	1,8%	1,8%	1,8%		

1.4.3 Custos com Sinistros

Os custos com sinistros de Seguro Direto (montante bruto, incluindo custos de gestão) atingiram os 46.651 milhares de euros, apresentando um decréscimo de 1,3% face a 2014.

As prestações pagas e os custos de gestão imputados à função sinistros diminuíram face a 2014 o que compensou o aumento da variação da provisão para sinistros com um impacto mais desfavorável do que o ocorrido no ano anterior.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro totalizaram 45.681 milhares de euros, aumentando 0,5% face ao ano anterior, consequência do efeito do resseguro cedido, cujo impacto não foi tão favorável como nos 2 anos anteriores.

(Unidade: Milhares de euros)	2015	2014	2013	Var.2015/ 2014	Var.2014/ 2013
De seguro directo	46.651	47.286	49.092	-1,3%	-3,7%
Custos directos com sinistros	40.391	40.760	43.420	-0,9%	-6,1%
Prestações	37.736	42.005	46.429	-10,2%	-9,5%
Variação da provisão para sinistros	2.655	-1.245	-3.009	313,2%	58,6%
Custos imputados à função sinistros	6.260	6.526	5.672	-4,1%	15,1%
De resseguro cedido	970	1.832	2.200	-47,1%	-16,7%
Montantes pagos	1.010	1.290	3.003	-21,7%	-57,1%
Variação da provisão para sinistros	-40	543	-803	-107,3%	167,5%
Custos com sinistros liquidados de resseguro	45.681	45.454	46.892	0,5%	-3,1%

No que se refere às taxas de sinistralidade de seguro direto (medida pela relação entre os custos com sinistros registados no exercício e os prémios adquiridos), verificamos um agravamento de 1,2 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

No Seguro Casa registou-se uma taxa de sinistralidade de 42,5%, apresentando uma melhoria de 13,7 pontos percentuais face a 2014. A descida da sinistralidade explica-se devido à melhoria das condições climatéricas observadas durante o ano de 2015, quando comparadas com o mesmo período do ano anterior.

A taxa de sinistralidade do Seguro Auto é de 71,4% em 2015 registando um forte aumento face à taxa registada no período homólogo do ano anterior (53,5%). Este aumento face ao ano anterior é explicado por em 2014 se terem efectuado elevadas regularizações de provisionamento dos processos em curso e dos sinistros ocorridos e ainda não declarados.

No Automóvel os custos com sinistros do exercício de 2014 (visão contabilística) beneficiam de um “boni” de 3.246 milhares de euros (recuperação de provisionamento de anos anteriores) enquanto que em 2015 se regista um “boni” de apenas 258 milhares de euros. O que origina em Dezembro/2015 uma taxa de sinistralidade no ano de ocorrência de 2015 de 73,3% (não afectada por regularizações de anos anteriores).

A taxa de sinistralidade do Seguro Saúde situa-se nos 70,4% em 2015 face aos 61,2% verificados em 2014. Aumento face a 2014 explicado pelo aumento do provisionamento (Reservas de IBNR e Provisão para Sinistros). Em 2014 existe um “boni” no Seguro de Saúde de 1.541 milhares de euros enquanto que em 2015 existe um “mali” de 755 milhares de euros (os custos com sinistros de 2015, visão contabilística, são carregados com custos de processos abertos em anos anteriores). Expurgando estes, a Taxa de sinistralidade por ano de ocorrência, com análise em 31/12/2015 é de 67,5%.

Taxa de Sinistralidade Seguro Directo (Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos)

	2015	2014	2013	Var.2015/ 2014	Var.2014/ 2013
Total	65,2%	63,9%	65,4%	1,2 pp	- 1,5 pp
Custos directos com sinistros	56,4%	55,1%	57,9%	1,3 pp	- 2,8 pp
Acidentes de Trabalho	24,1%	6,4%	0,0%	17,6 pp	6,4 pp
Acidentes Pessoais	5,8%	28,0%	25,3%	- 22,2 pp	2,6 pp
Doença	70,4%	61,2%	64,4%	9,2 pp	- 3,2 pp
Riscos Múltiplos Habitação	42,5%	56,2%	64,1%	- 13,7 pp	- 7,9 pp
Automóvel	71,4%	53,5%	51,4%	17,9 pp	2,1 pp
Custos imputados à função sinistros	8,7%	8,8%	7,6%	- 0,1 pp	1,3 pp

As taxas de sinistralidade líquidas de resseguro registam um aumento de 1,7 pp face a 2014, ligeiramente superior ao aumento registado no Seguro Directo. Em 2015 continua a ser reduzido o impacto dos sinistros de resseguro cedido na sinistralidade global.

Taxa de Sinistralidade Líq. Resseguro (Custos c/ Sinistros líquidos resseguro / Prémios Adquiridos líquidos resseguro)

	2015	2014	2013	Var.2015/ 2014	Var.2014/ 2013
Total	73,1%	71,4%	72,9%	1,7 pp	- 1,5 pp
Custos directos com sinistros	63,1%	61,2%	64,1%	1,9 pp	- 2,9 pp
Acidentes de Trabalho	7,5%	21,1%	0,0%	- 13,6 pp	21,1 pp
Acidentes Pessoais	4,7%	30,4%	10,7%	- 25,7 pp	19,7 pp
Doença	71,9%	62,5%	65,8%	9,3 pp	- 3,2 pp
Riscos Múltiplos Habitação	46,1%	61,5%	67,9%	- 15,4 pp	- 6,4 pp
Automóvel	78,3%	59,9%	58,7%	18,4 pp	1,1 pp
Custos imputados à função sinistros	10,0%	10,3%	8,8%	- 0,2 pp	1,4 pp

1.4.4 Custos e Gastos de Exploração

Os custos de exploração líquidos apresentam um acréscimo de 4,9% em relação ao ano de 2014.

(Unidade: Milhares de euros)	2015	2014	2013	Var.2015/ 2014	Var.2014/ 2013
Custos de Exploração Líquidos	10.173	9.701	10.242	4,9%	-5,3%
Custos de aquisição	8.479	7.985	10.326	6,2%	-22,7%
Comissões (Intermediação de produtos de Seguros)	7.385	6.702	6.694	10,2%	0,1%
Outras Comissões e Custos de Aquisição	388	300	530	29,6%	-43,5%
Custos imputados à função aquisição	706	983	3.102	-28,2%	-68,3%
Custos de aquisição diferidos (variação)	57	1.123	900	-94,9%	24,7%
Gastos administrativos	4.578	4.032	2.845	13,5%	41,7%
Custos imputados à função administrativa	4.578	4.032	2.845	13,5%	41,7%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-2.941	-3.440	-3.829	14,5%	10,2%
Comissões de resseguros cedido	-2.098	-2.679	-2.988	21,7%	10,3%
Participação nos resultados de resseguro	-844	-760	-841	-11,0%	9,6%

Este acréscimo resulta de uma combinação de diferentes fatores distintos, em que se destacam:

- Aumento de 10,2% nas comissões por intermediação de produtos de seguros.

As comissões diretamente associadas ao volume de negócio aumentam face ao período homólogo do ano anterior em 2,9% (+ 187 milhares de euros). Este comportamento anormal das Comissões, face a uma menor produção em 2015, quando comparada com o ano anterior, é explicado por uma reclassificação contabilística para esta rubrica em Outubro/2015 de 230 milhares de euros que estava registado desde Dezembro/2013 como “Provisões para Outros Riscos e Encargos”, aguardando uma clarificação. Com o acerto efectuado, anulou-se a provisão constituída de 250 milhares de euros.

As Comissões Variáveis ascendem a 686 milhares de euros, registando um aumento de 204,7% (+ 461 milhares de euros) face às Comissões Variáveis registadas no período homólogo do ano anterior. Como estas comissões são calculadas tendo por base a evolução de rácios de sinistralidade, devido ao cálculo final das Comissões Variáveis de 2014, contabilizadas em Julho/2015, com análise da sinistralidade por ano de ocorrência à data de Junho/2015, verificou-se um impacto de + 411 milhares de euros pela redução da sinistralidade do ano de 2013 para níveis inferiores aos do rácio objetivo, o que implicou pagamento de comissionamento.

As Comissões Extraordinárias de Evolução de Carteira (respeitantes ao Seguros de Protecção ao Crédito) registam um valor de 148 milhares de euros, apresentando um crescimento face ao ano anterior de 30,2% (+ 34 milhares de euros), consequência do aumento de produção do produto (aumento favorável nos PBE do Protecção ao Crédito face ao ano anterior).

- Aumento de 29,6% face ao período homólogo do ano anterior (+ 88 milhares de euros) em Outras Comissões e Custos de Aquisição.

Tal evolução deve-se essencialmente ao menor montante de custos de dinamização da rede, com uma diminuição – 74,9% face ao período homólogo do ano anterior (- 62 milhares de euros) devido a uma redução nas actividades previstas, à diminuição das Comissões Extraordinárias associadas aos “Planos BES” (- 34 milhares de euros), consequência da erosão da carteira destes, e também pelo efeito desfavorável da regularização dos Planos BES vendidos durante a Campanha de 2009 face ao período homólogo do ano anterior (impacto de + 148 milhares de euros). De referir que 2014 beneficiou de um efeito extraordinário (efeito conjugado entre a correcção do diferimento de custos dos planos BES 2009 referente aos contratos anulados e o acerto referente aos reembolsos de 500 € efectuados pelos clientes nos Planos anulados).

- Menores custos imputados à função aquisição (- 277 milhares de euros face ao período homólogo de 2014), decorrente de uma adequação da estrutura organizacional para efeitos de imputação de custos pelas diversas áreas funcionais, como referido no ponto 1.4.5.
- Efeito favorável nos Custos de Aquisição Diferidos com – 1.066 milhares de euros face a 2014
- Crescimento dos custos imputados à função administrativa em 13,5% (decorrente do acima referido)
- Diminuição do valor das Comissões de Resseguro Cedido em 581 milhares de euros.

A evolução dos custos de exploração por ramo é demonstrativa do referido anteriormente.

As comissões e participação nos resultados de resseguro dos Acidentes Pessoais incluem custos de aquisição diferidos referentes a resseguro, nomeadamente no que se refere aos seguros de “Protecção ao Crédito” e “Protecção Salários” e considerando a duração dos contratos.

(Unidade: Milhares de euros)	2015	2014	2013	Var.2015/ 2014	Var.2014/ 2013
Custos de Exploração Líquidos	10.173	9.701	10.242	4,9%	-5,3%
Acidentes de Trabalho	13	9	0	47,6%	133468,9%
Acidentes Pessoais	-1.390	-1.705	-2.581	18,5%	33,9%
Doença	3.352	3.340	4.056	0,4%	-17,7%
Riscos Múltiplos Habitação	5.134	5.109	5.490	0,5%	-6,9%
Automóvel	3.064	2.948	3.277	3,9%	-10,0%
Custos de Exploração Seguro Directo	13.114	13.141	14.071	-0,2%	-6,6%
Acidentes de Trabalho	24	12	0	103,8%	183177,5%
Acidentes Pessoais	1.456	1.641	1.149	-11,3%	42,8%
Doença	3.437	3.431	4.155	0,2%	-17,4%
Riscos Múltiplos Habitação	5.134	5.109	5.490	0,5%	-6,9%
Automóvel	3.064	2.948	3.277	3,9%	-10,0%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-2.941	-3.440	-3.829	14,5%	10,2%
Acidentes de Trabalho	-11	-3	0	-254,7%	-
Acidentes Pessoais	-2.845	-3.346	-3.730	15,0%	10,3%
Doença	-85	-91	-99	6,9%	7,8%
Riscos Múltiplos Habitação	0	0	0	-	-
Automóvel	0	0	0	-	-

1.4.5 Gastos Gerais por Natureza

Os custos e gastos por natureza a imputar apresentaram uma ligeira diminuição de 1 milhar de euros em relação ao período homólogo do ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2015	2014	2013	Var.2015/ 2014	Var.2014/ 2013
CUSTOS IMPUTADOS POR FUNÇÕES	11.668	11.669	11.899	0,0%	-1,9%
Custos com sinistros	6.260	6.526	5.672	-4,1%	15,1%
Custos de aquisição	706	983	3.102	-28,2%	-68,3%
Gastos administrativos	4.578	4.032	2.845	13,5%	41,7%
Custos de gestão de investimentos	124	127	281	-2,5%	-54,7%

A distribuição dos custos por natureza a imputar pelas diversas funções é feita por imputação direta às funções (para as rubricas que se identificam com as funções) e por imputação em função da % de tempo dedicada a cada função pelos colaboradores da Empresa (tendo por base os Centros de Custo, representativos da estrutura funcional e organizacional). Em 2014 foi feita uma adequação da estrutura organizacional para efeitos de imputação de custos pelas diversas áreas funcionais, a qual se manteve em 2015, tendo havido uma nova classificação de centros de custos associadas às diferentes áreas. Embora não tenha existido alteração nos critérios de distribuição de custos pelas diversas áreas funcionais e pelos diversos ramos, a referida adequação da estrutura organizacional teve como impactos uma menor imputação à função aquisição e, consequentemente, uma maior imputação à função sinistros e à função administrativa.

(Unidade: Milhares de euros)	2015	2014	2013	Var.2015/ 2014	Var.2014/ 2013
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	11.668	11.669	11.899	0,0%	-1,9%
GASTOS DE NATUREZA OPERACIONAL	11.577	11.584	11.573	-0,1%	0,1%
Gastos com pessoal	2.886	3.071	3.114	-6,0%	-1,4%
Fornecimentos e serviços externos	7.665	7.575	7.609	1,2%	-0,4%
Impostos e taxas	291	299	292	-2,7%	2,4%
Depreciações e amortizações do exercício	735	638	557	15,1%	14,6%
GASTOS DE NATUREZA FINANCEIRA	92	85	77	7,9%	10,9%
Juros suportados	0	0	0	-	-
Comissões	92	85	77	7,9%	10,9%
Outras provisões	0	0	250	-	-100,0%

Prosseguindo uma política de otimização do seu funcionamento, os gastos de natureza operacional da GNB Seguros ascendem a 11.577 milhares de euros, apresentando uma melhoria (- 0,1%) comparativamente a 2014. No entanto, estes incluem na rubrica de fornecimentos e serviços externos, os custos relacionados com a gestão de serviços de Saúde e Auto, que são registados primeiro nesta natureza e posteriormente integralmente imputados à função sinistros. Excluindo estes, os gastos de natureza operacional ascenderiam a 7.359 milhares de euros e apresentariam um crescimento de 3,1% face ao ano anterior.

De destacar que os “Gastos com Pessoal” totalizaram 2.886 milhares de euros, diminuindo 186 milhares de euros (- 6,0%) face a 2014 e que os “Fornecimentos e Serviços Externos” (FSE) ascendem a 3.447 milhares de euros (não incluindo os “fees” dos produtos Saúde e Auto) e registam um aumento face ao ano anterior de 317 milhares de euros (+ 10,1%).

O aumento dos “FSE” face a 2014 é explicado essencialmente pelas rubricas de “Trabalhos Executados no Exterior – Informática” com + 327 milhares de euros, “Conservação e Reparação em Equipamento Informático” com + 121 milhares de euros e “Consultoria não Informática” com + 98 milhares de euros (relacionados com 2 projectos novos em 2015). Em contrapartida, verificou-se uma diminuição de 213 milhares de euros em “Trabalhos Executados no Exterior – Não Informática”.

O aumento das “Amortizações do Exercício” em 15,1% (+ 97 milhares de euros) face ao período homólogo do ano anterior, deve-se à contabilização em Dez/2014 de 543 milhares de euros na rubrica “Despesas com Aplicações Informáticas” referentes a Projectos Informáticos diversos (projectos que estavam em curso durante 2014 e, como tal, ainda não estavam registadas as amortizações durante grande parte do ano de 2014).

1.4.6 Rácio Combinado

A evolução dos rácios de custos com sinistros líquidos de resseguro e custos e gastos de exploração líquidos de resseguro em relação aos prémios adquiridos líquidos de resseguro foi a seguinte:

	2015	2014	2013	Var.2015/ 2014	Var.2014/ 2013
Rácio de Despesas líquidas de resseguro (Custos e Gastos de Exploração liq.resseguro / Prémios Adquiridos liq.resseguro)	16,3%	15,2%	15,9%	6,8%	-4,3%
Doença	13,1%	12,5%	15,1%	4,8%	-17,1%
Riscos Múltiplos Habitação	23,0%	23,1%	24,8%	-0,5%	-6,8%
Automóvel	22,4%	21,0%	22,9%	6,5%	-8,1%
Rácio de Sinistralidade líquida de resseguro (Custos com Sinistros liq. Resseguro / Prémios Adquiridos liq.resseguro)	73,1%	71,4%	72,9%	2,4%	-2,1%
Doença	87,6%	78,5%	81,3%	11,6%	-3,5%
Riscos Múltiplos Habitação	50,8%	66,6%	71,2%	-23,8%	-6,4%
Automóvel	87,0%	67,9%	64,0%	28,2%	6,1%
Rácio combinado, líquido de resseguro	89,4%	86,7%	88,9%	3,2%	-2,5%
Doença	100,7%	91,0%	96,4%	10,7%	-5,7%
Riscos Múltiplos Habitação	73,7%	89,7%	96,0%	-17,8%	-6,5%
Automóvel	109,4%	88,9%	86,8%	23,0%	2,4%

O Rácio Combinado Global, líquido de Resseguro, em 2015 foi de 89,4%, acima dos 86,7% verificados no período homólogo de 2014.

Ao nível da análise dos Rácios Combinados por produto, o Seguro Casa apresenta um Rácio Combinado de 73,7% (face aos 89,7% registados no período homólogo do ano anterior). Esta melhoria face a 2014 explica-se pela diminuição do rácio de “Sinistralidade” em 15,8 pp (devido à melhoria das condições climatéricas observadas durante o ano de 2015, quando comparadas com o mesmo período do ano anterior).

O seguro Auto apresenta um Rácio Combinado de 109,4% (face aos 88,9% registados no período homólogo do ano anterior). Esta degradação face ao ano anterior deve-se essencialmente ao aumento do rácio de “Sinistralidade” em 19,1 pp, consequência das regularizações de provisões ocorridas em 2014, as quais originaram uma reduzida taxa de sinistralidade no ano anterior.

O seguro de Saúde apresenta um Rácio Combinado de 100,7% face aos 91,0% apresentados no período homólogo do ano anterior. Este aumento do rácio explica-se por um agravamento da sinistralidade, com um aumento face a 2014 explicado pelo aumento do provisionamento (Reservas de IBNR e Provisão para Sinistros).

1.4.7 Provisões Técnicas

As provisões técnicas apresentam um aumento de 2,5% em relação a 2014, situando-se nos 66.025 milhares de euros.

Esta evolução está fortemente influenciada pelo aumento da provisão para sinistros (+ 8,0% face a 2014), em particular nos seguros Automóvel (+ 2.078 milhares de euros) e Saúde (+ 1.112 milhares de euros).

(Unidade: Milhares de euros)	2015	2014	2013	Var.2015/ 2014	Var.2014/ 2013
Provisões técnicas	66.025	64.446	68.558	2,5%	-6,0%
Provisão para prémios não adquiridos	21.956	23.528	25.335	-6,7%	-7,1%
Provisão para sinistros	35.648	32.993	34.238	8,0%	-3,6%
De acidentes de trabalho	10	1	0	900,0%	-
De outros ramos	35.638	32.992	34.238	8,0%	-3,6%
Provisão para participação nos resultados	0	0	0	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	2.096	1.873	1.655	11,9%	13,1%
Provisão para riscos em curso	1.811	1.538	2.080	17,8%	-26,1%
Outras provisões técnicas	4.514	4.514	5.250	0,0%	-14,0%

Sem prejuízo de continuar o seu percurso de adequação do nível de provisionamento às suas responsabilidades, a Companhia manteve uma abordagem prudente e conservadora na determinação do nível de provisionamento.

Tal situação é mais relevante no seguro Automóvel, nomeadamente no que se refere a responsabilidades com danos corporais, para fazer face à incerteza e volatilidade associada aos sinistros, em número ou custo, numa carteira relativamente reduzida.

Este aumento no provisionamento técnico, é compensado pelo decréscimo verificado na provisão para prémios não adquiridos (registra um decréscimo de 1.572 milhares de euros face a 2014), com a maior diminuição a ocorrer no seguro de Proteção ao Crédito (decrécimo de 999 milhares euros face a 2014).

No que se refere à provisão para riscos em curso, regista um aumento face ao ano anterior de 17,8%, a que corresponde + 273 milhares de euros. Este aumento ocorre essencialmente no Automóvel, em resultado do agravamento dos rácios de gestão do exercício.

A relação entre as provisões técnicas e os prémios adquiridos evoluiu como a seguir se apresenta.

	2015	2014	2013
Provisões Técnicas / Prémios Adquiridos			
Automóvel	198,4%	181,5%	181,3%
Incêndio e Outros Danos	58,5%	57,5%	58,9%
Outros	64,3%	62,4%	70,9%
Total	92,2%	87,1%	91,4%
Total líquido de Resseguro	92,9%	87,8%	92,4%

1.4.8 Atividade Financeira

O valor total dos ativos financeiros (incluindo depósitos bancários) totalizou 93.671 milhares de euros no final de 2015, sendo constituído na sua maioria por obrigações, aplicações de curto prazo e depósitos à ordem. Este valor representa uma diminuição de 6,9% em relação a 2014.

(Unidade: Milhares de euros)	2015	2014	2013	Var.2015/ 2014	Var.2014/ 2013
INVESTIMENTOS	93.671	100.605	100.156	-6,9%	0,4%
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.530	2.064	6.642	119,5%	-68,9%
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	0	-	-
Activos disponíveis para venda	86.277	90.290	83.377	-4,4%	8,3%
Empréstimos e contas a receber	2.865	8.252	10.137	-65,3%	-18,6%
Investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	-	-

A redução nas rubricas de “Activos disponíveis para venda” e “Empréstimos e contas a receber” deve-se a uma diminuição do valor dos Títulos, consequência da desvalorização dos mercados (variação na reserva de justo valor de – 1.105 milhares de euros) e essencialmente devido à necessidade de libertação de meios para fazer face ao pagamento dos dividendos de 2014 (os quais ascenderam a 8.190 milhares de euros) e ao pagamento das Comissões aos Bancos.

Devido a um problema de faturação dos bancos relacionado com a retenção do Imposto do Selo, a GNB Seguros deixou de pagar Comissões aos Bancos desde Novembro/2013, embora continuasse a fazer o seu cálculo e registo. Finalmente com o entendimento sobre o novo procedimento de faturação das Comissões, em Setembro/2015, foram regularizadas as Comissões desde Nov/2013 até Ago/2015, o que perfez cerca de 11.250 milhares de euros e o que provocou uma necessidade de liquidez com a consequente venda de ativos.

Do ponto de vista dos resultados obtidos, a atividade financeira líquida no exercício apresentou um crescimento de 34,3% face a 2014, explicada por fatores distintos.

(Unidade: Milhares de euros)	2015	2014	2013	Var.2015/ 2014	Var.2014/ 2013
Atividade Financeira Líquida	1.805	1.344	2.212	34,3%	-39,2%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	1.536	1.850	2.573	-17,0%	-28,1%
Ganhos líquidos de activos e passivos	271	490	-361	-44,7%	235,7%
Perdas de Imparidade	3	996	0	-99,7%	-

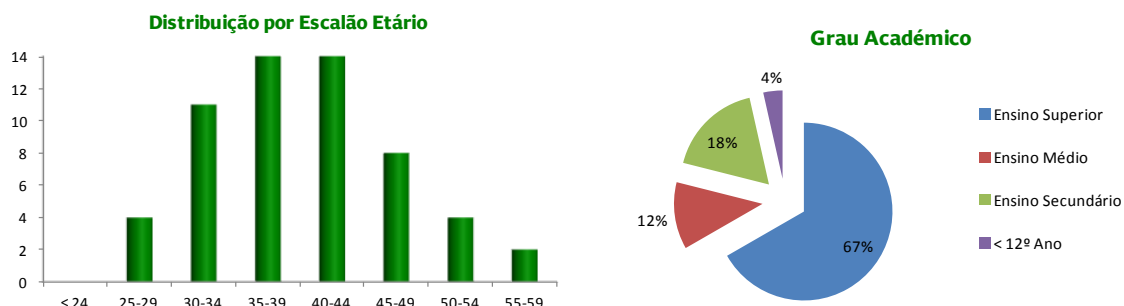
O aumento face ao período homólogo do ano anterior é essencialmente explicado pela diminuição no registo de imparidades (- 993 milhares de euros face a 2014) uma vez que no ano anterior se verificou a imparidade referentes às Obrigações da ESFG (Espírito Santo Financial Group) na sequência do colapso do GES.

Em sentido contrário, refira-se uma diminuição nos Rendimentos Financeiros no valor de 314 milhares de euros, consequência da diminuição da rentabilidade dos títulos por efeito da descida das taxas de juro e por um menor volume de investimentos quando comparado com 2014, bem como uma diminuição no saldo de +/- valias em – 219 milhares de euros.

1.4.9 Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2015, a GNB Seguros tinha 57 colaboradores no seu quadro de pessoal, menos 3 que no final de 2014, dos quais 54 como efetivos (mais 3 efetivos que em 2014).

Com uma média de idades de 40 anos, o escalão etário entre os 35 e os 44 anos é o que tem maior número de colaboradores. No que se refere á formação académica, 67% dos colaboradores têm formação académica de nível superior.



1.4.10 Resultado do Exercício e Capital Próprio

A GNB Seguros atingiu em 2015 um resultado líquido de 5.885 milhares de euros, representando 8,4% dos prémios brutos emitidos (10,9% em 2014) e um decréscimo de 23,9% em relação ao ano anterior. De notar no entanto que o ano de 2014 tinha sido o exercício económico, desde o início da actividade, em que a GNB Seguros apresentou o melhor resultado líquido.

(Unidade: Milhares de euros)	2015	2014	2013	Var.2015/ 2014	Var.2014/ 2013
CAPITAL PRÓPRIO	29.956	33.097	30.214	-9,5%	9,5%
Capital	15.000	15.000	15.000	0,0%	0,0%
Outros instrumentos de capital	0	0	0	-	-
Reservas de reavaliação	3.338	4.443	1.690	-24,9%	162,8%
Reserva por impostos diferidos	-834	-1.111	-490	24,9%	-126,6%
Outras reservas	6.565	5.799	5.088	13,2%	14,0%
Resultados transitados	3	1.233	1.932	-99,8%	-36,2%
Resultado do exercício	5.885	7.733	6.993	-23,9%	10,6%

O capital próprio, no valor de 29.956 milhares de euros, apresentou um decréscimo de 9,5% (- 3.141 milhares de euros) relativamente ao verificado em 31 de Dezembro de 2014.

Esta evolução do Capital Próprio, para além do contributo favorável do resultado líquido do exercício, é explicado pela variação desfavorável ocorrida na Reserva de Reavaliação no valor de - 829 milhares de euros (líquida de impostos diferidos) e pela distribuição de dividendos aos accionistas no valor de 8.190 milhares de euros referentes ao exercício de 2014.

1.4.11 Margem de Solvência

A taxa de cobertura da Margem de Solvência no final de 2015 é de 190,5%, após inclusão da estimativa de distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração no valor de 5 297 milhares de euros, o que representa um excesso de 11.165 milhares de euros face à Margem de Solvência Exigida e um acréscimo de 3,0 pp em relação à Margem de Solvência registada em 2014.

(Unidade: Milhares de euros)	2015 (*)	2014	2013	Var.2015/ 2014	Var.2014/ 2013
Margem de Solvência Disponível	23.504	23.128	20.913	1,6%	10,6%
Margem de solvência Exigida	12.340	12.340	12.593	0,0%	-2,0%
Excesso/(insuficiência)	11.165	10.789	8.319	3,5%	29,7%
% de cobertura	190,5%	187,4%	166,1%	3,0 pp	21,4 pp

(*) Elementos previsionais, considerando a distribuição proposta pelo Conselho de Administração.

1.4.12 Síntese e Perspetivas

Atingindo um nível de resultados globais muito positivos assim como uma solidez económica, com adequados níveis de capital e solvência, a atividade da GNB Seguros em 2015 foi influenciada pela incerteza em torno do Novo Banco, com constrangimentos ao nível do negócio (dificuldade da atividade de venda de seguros no Novo Banco dado outras prioridades e preocupações do banco) e ao nível do funcionamento interno, com contenção nas despesas e investimentos a realizar, mantendo uma estrutura minimalista para resposta imediata aos requisitos fundamentais.

Em 2016, com o relançamento do processo de venda do Novo Banco e o anunciado programa de reestruturação do Grupo Novo Banco, é expectável a permanência do clima de incerteza e instabilidade e consequente manutenção da situação anteriormente descrita, com potenciais impactos diretos e indiretos no negócio e no funcionamento da Companhia.

A contribuir para este clima de instabilidade expectável em 2016 encontra-se também o contexto global nacional, onde os indicadores de recuperação económica ainda se apresentam frágeis e permanece a incerteza que vem do final de 2015 quanto à estabilidade governativa e às políticas orçamentais a adotar pelo novo Governo. Também as vulnerabilidades e a desconfiança em torno do sector financeiro, em particular no sector bancário, são fatores de influência negativa expectável para a atividade económica global, com impactos transversais e, como tal, também na atividade da GNB Seguros.

O ano de 2016 continuará a ser um ano de desafios também em termos regulamentares, desde logo com a entrada em vigor do regime de Solvência II que exigirá a contínua adaptação e implementação, iniciada em anos anteriores, do modelo de negócio, de governação, dos processos e funcionamento assim como do quadro de reporte e divulgação da informação.

No mesmo sentido foi aprovada a Lei 147/2015 de 9 de Setembro, que estabelece o regime jurídico de acesso ao exercício da atividade seguradora e resseguradora e altera o regime jurídico do contrato de seguro, que para além das matérias do regime de Solvência II, trouxe ainda outros temas que exigem uma adaptação ao exercício da atividade de seguros.

Também a Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a distribuição de seguros e a regulamentação sobre os princípios gerais a observar pelas empresas de seguros e o seu relacionamento com os tomadores de seguros, segurados e beneficiários ou terceiros lesados (conduta de mercado) serão certamente fontes de desafios a abraçar em 2016 e nos anos seguintes.

É neste contexto de incertezas e desafios que a GNB Seguros procurará prosseguir a sua atividade, estando atenta a janelas de oportunidade para o negócio dos seguros não vida. Assim, continuar a fidelizar e aumentar gradualmente o nível de equipamento dos nossos clientes com produtos que respondam às suas necessidades e a prestação de um nível de serviço de excelência são dois eixos estratégicos a manter.

Do mesmo modo, a adequação e otimização da sua estrutura e processos são fundamentais para prosseguir neste caminho de eficiência do seu modelo de bancasseguros que, associada a uma adequada política de subscrição e gestão dos seus riscos, lhe permita continuar a acrescentar valor para os seus clientes, funcionários e acionistas.

1.5. Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício foi de 5 885 215 euros.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

- 1) 10% do resultado líquido do exercício, no valor de 588 522 euros, para Reserva Legal;
- 2) O valor de 5 296 500 euros para distribuição de dividendos aos acionistas;
- 3) O restante, no valor de 193 euros, transite para a conta de resultados transitados.

1.6. Nota final

O conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da GNB-Companhia de Seguros, S.A..

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento pela confiança dos clientes e apoio dos acionistas, bem como o empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores, fundamentais para que a GNB Seguros continue a atingir os objetivos a que se propuser.

Desejamos expressar também o nosso reconhecimento à imprescindível colaboração prestada pelo Grupo Crédito Agrícola e pelo Grupo NOVO BANCO.

Registamos também com elevado apreço a ação do Conselho Fiscal e agradecemos a colaboração prestada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ex-Instituto de Seguros de Portugal) e pela Associação Portuguesa de Seguradores, nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 18 de Março de 2016

O Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

2.1. Conta de Ganhos e Perdas

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	Dezembro 2015			Dezembro 2014
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	62.472.393	-	62.472.393	63.643.871
Prémios brutos emitidos		69.973.805	-	69.973.805	71.030.273
Prémios de resseguro cedido		(7.882.369)	-	(7.882.369)	(7.653.375)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		1.629.067	-	1.629.067	2.929.301
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(1.248.110)	-	(1.248.110)	(2.662.328)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	(45.680.880)	-	(45.680.880)	(45.453.700)
Montantes pagos		(42.986.198)	-	(42.986.198)	(47.241.422)
Montantes brutos		(43.995.816)	-	(43.995.816)	(48.531.153)
Parte dos resseguradores		1.009.618	-	1.009.618	1.289.731
Provisão para sinistros (variação)		(2.694.682)	-	(2.694.682)	1.787.722
Montante bruto		(2.655.074)	-	(2.655.074)	1.245.130
Parte dos resseguradores		(39.608)	-	(39.608)	542.592
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7	(496.513)	-	(496.513)	1.061.037
Custos e gastos de exploração líquidos	8	(10.172.707)	-	(10.172.707)	(9.700.849)
Custos de aquisição		(8.479.150)	-	(8.479.150)	(7.985.214)
Custos de aquisição diferidos (variação)		(56.884)	-	(56.884)	(1.122.980)
Gastos administrativos		(4.578.017)	-	(4.578.017)	(4.032.377)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		2.941.344	-	2.941.344	3.439.722
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	9	1.660.384	-	1.660.384	1.977.381
Gastos financeiros - Outros		(124.362)	-	(124.362)	(127.495)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e	12	271.156	-	271.156	490.068
Perdas de imparidade (líquidas reversão) de ativos disponíveis para venda		(2.500)	-	(2.500)	(995.696)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	13	3.781	-	3.781	6.270
Outros rendimentos/gastos	13	-	30.001	30.001	(76.153)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		7.930.752	30.001	7.960.753	10.824.734
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	21	(2.014.992)	(7.623)	(2.022.615)	(3.311.273)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	21	(52.725)	(199)	(52.924)	219.166
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				5.885.214	7.732.627
Resultado por ação básico				1,96	2,58

2.2. Demonstração da posição financeira

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

ATIVO
EM 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014

Valores em euros

Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	Dezembro 2015	Dezembro 2014
ATIVO			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14	4.344.345	2.063.512
Ativos disponíveis para venda	15	86.276.947	90.289.572
Empréstimos e contas a receber	16	3.050.000	8.251.813
Outros ativos tangíveis	17	44.532	74.431
Outros ativos intangíveis	18	1.155.659	1.778.549
Provisões técnicas de resseguro cedido	19	7.963.923	8.544.984
Provisão para prémios não adquiridos		3.446.175	3.987.628
Provisão para sinistros		4.517.748	4.557.356
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		64.043	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	20	3.752.805	3.606.937
Contas a receber por operações de seguro direto		348.177	561.061
Contas a receber por outras operações de resseguro		1.643.879	1.836.895
Contas a receber por outras operações		1.760.749	1.208.981
Ativos por impostos correntes	21	929.427	44.551
Acréscimos e diferimentos	22	603.670	871.559
TOTAL ATIVO		108.185.351	115.525.908

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S A

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

		Valores em euros	
Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	Dezembro 2015	Dezembro 2014
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	19	66.025.205	64.445.801
Provisão para prémios não adquiridos		21.956.111	23.528.294
Provisão para sinistros de outros ramos		35.648.243	32.993.169
Provisão para desvios de sinistralidade		2.096.384	1.872.879
Provisão para riscos em curso		1.810.686	1.537.678
Outras provisões técnicas		4.513.781	4.513.781
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	11	-	3.137
Outros credores por operações de seguros e outras operações	23	5.427.685	10.459.258
Contas a pagar por operações de seguro directo		4.009.576	7.717.703
Contas a pagar por outras operações de resseguro		530.654	593.603
Contas a pagar por outras operações		887.455	2.147.952
Passivos por impostos		1.665.798	2.343.956
Passivos por impostos correntes	21	1.135.741	1.590.621
Passivos por impostos diferidos		530.057	753.335
Acréscimos e diferimentos	24	4.457.587	4.524.382
Outras Provisões	25	652.635	652.635
TOTAL PASSIVO		78.228.910	82.429.169
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	26	15.000.000	15.000.000
Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros		3.337.825	4.442.634
Reserva por impostos		(834.456)	(1.110.658)
Outras reservas		6.565.200	5.798.842
Resultados transitados		2.658	1.233.294
Resultado do exercício		5.885.214	7.732.627
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		29.956.441	33.096.739
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		108.185.351	115.525.908

2.3. Demonstração de Variações do Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014								Valores em euros
	Capital	Reserva de reavaliação	Reservas por impostos diferidos e correntes	Outras reservas		Resultados transitados	Resultados do exercício	Total de Capital Próprio
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal	Outras reservas			
Balanco a 31 de Dezembro de 2013	15.000.000	1.690.299	(490.187)	4.725.868	362.212	1.932.420	6.993.193	30.213.805
Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	2.752.335	-	-	-	-	-	2.752.335
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	(620.471)	-	-	-	-	(620.471)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	699.319	-	-	(699.319)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	(6.293.874)	(6.293.874)
Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	(699.126)	-	(699.126)
Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital	-	-	-	-	11.443	-	-	11.443
Total da variação do capital próprio	-	2.752.335	(620.471)	699.319	11.443	(699.126)	(6.993.193)	(4.849.693)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	7.732.627	7.732.627
Balanco a 31 de Dezembro de 2014	15.000.000	4.442.634	(1.110.658)	5.425.187	373.655	1.233.294	7.732.627	33.096.739
Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(1.104.809)	-	-	-	-	-	(1.104.809)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de cambio de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	276.202	-	-	-	-	276.202
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	773.263	-	-	(773.263)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	(6.959.364)	(6.959.364)
Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	(1.230.636)	-	(1.230.636)
Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital	-	-	-	-	(6.905)	-	-	(6.905)
Total da variação do capital próprio	-	(1.104.809)	276.202	773.263	(6.905)	(1.230.636)	(7.732.627)	(9.025.512)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	5.885.214	5.885.214
Balanco a 31 de Dezembro de 2015	15.000.000	3.337.825	(834.456)	6.198.450	366.750	2.658	5.885.214	29.956.441

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

2.4. Demonstração do Rendimento Integral

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

	Notas do Anexo	2015	2014
Resultado líquido do exercício		5.885.214	7.732.627
Variação das reservas de reavaliação			
<i>Itens já classificados para a demonstração de resultados</i>			
Imparidades dos ativos financeiros disponíveis para venda		2.500	995.696
Vendas de ativos financeiros disponíveis para venda	13	(271.156)	(490.068)
<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Variação do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(836.153)	2.246.707
Variação dos impostos correntes e diferidos	22	276.202	(620.471)
Outras variações de capital próprio			
<i>Itens que não virão a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)		(6.905)	11.443
Total do rendimento integral		5.049.702	9.875.934

2.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

	2015	2014
FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL		
A Recebimentos		
Operações de Seguro	77.522.576	78.006.138
Operações de Resseguro	437.763	940.466
Operações com contratos de investimento	-	-
Outras Atividades Operacionais	287	526
B Pagamentos		
Operações de Seguro	(38.981.713)	(42.324.846)
Operações de Resseguro	(4.945.760)	(4.770.103)
Operações com contratos de investimento	-	-
Comissões	(16.663.199)	(6.520.406)
Participação de Resultados	-	-
Outras Atividades Operacionais	(569)	(678)
C Pagamentos ao Pessoal	(1.289.373)	(1.455.597)
D Pagamentos a Fornecedores	(19.885.706)	(8.412.440)
E Outros pagamentos e recebimentos	(1.201.862)	(18.911)
F Impostos e Taxas	(8.877.507)	(8.917.475)
G Impostos sobre o rendimento	(3.589.454)	(3.275.226)
Fluxos de Atividade Operacionais (1)	(17.474.517)	3.251.448
FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
H Recebimentos		
Alienação de Investimentos	137.024.124	97.935.271
Alienação de Imobilizado	-	-
Dividendos	103.715	50.968
Juros	1.537.674	4.783.609
Outros Rendimentos	13.445	23.271
I Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	(110.733.608)	(103.630.150)
Aquisição de Imobilizado	-	-
Despesas de gestão, manutenção e outras	-	-
Fluxos de Atividade de Investimento (2)	27.945.350	(837.031)
FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
J Pagamentos		
Dividendos	(8.190.000)	(6.993.000)
Fluxos de Atividade de Financiamento (3)	(8.190.000)	(6.993.000)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) -	2.280.833	(4.578.583)
K Caixa e seus equivalentes no início do exercício	2.063.512	6.642.095
L Caixa e seus equivalentes no final do exercício	4.344.345	2.063.512

2.6. Anexo às Demonstrações Financeiras

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Introdução

A Companhia (então designada por Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A) foi constituída por escritura celebrada em 12 de Setembro de 1996 com um Capital Social de €7.481.968,46, posteriormente atualizado para €15.000.000.

Em 27 de Junho de 2006 verificou-se a alteração do nome da Sociedade, passando a designar-se por BES, Companhia de Seguros, SA, com o N.º 503 718 092, de pessoa coletiva e de matrícula na C.R.C. de Lisboa, com sede na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75-11.º - 1070-061 Lisboa, Portugal.

Na mesma data, 50% do capital social da Companhia passou a ser detido pelo Crédit Agricole, S.A., ficando este com o controlo de gestão da Companhia; os restantes 50% são detidos pelo Grupo Banco Espírito Santo e pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 2008, ocorreram alterações ao nível da estrutura acionista da Companhia com a transmissão da participação detida pelo Crédit Agricole, S.A para a Crédit Agricole Assurances de 1.500.000 ações, representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto.

Em Agosto de 2014 com a resolução do Banco Espírito Santo a titularidade das ações pertencentes ao Banco Espírito Santo, S.A. e que representam 24,99334% do capital da Companhia passou para o Novo Banco, S.A., tendo posteriormente a Companhia alterado a sua designação para GNB – Companhia de Seguros, S.A, (“GNB Seguros” ou “Companhia”) conforme decisão da Assembleia Geral de 9 de Dezembro de 2014 e autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões de 30 de Dezembro de 2014.

A Companhia é consolidada nas demonstrações financeiras da Crédit Agricole Assurances S.A..

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 18 de Março de 2016.

Descrição da natureza do negócio

A GNB Seguros deu continuidade à sua atividade na área de Banca Seguros, ao servir os clientes particulares do Novo Banco, Novo Banco dos Açores e Banco BEST, com os produtos de base de seguros não-vida.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Descrição das bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos registos contabilísticos da GNB Seguros, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para a atividade seguradora em conformidade com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES”) aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R e n.º 22/2011 de 16 de Dezembro, emitidas pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. Os IFRS

incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Contudo e tal como descrito na Nota 31, a GNB Seguros adotou igualmente na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2015, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2012. As políticas contabilísticas utilizadas pela GNB Seguros na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adotadas em 2012 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a GNB Seguros ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 31.

No âmbito da transposição do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, a GNB Seguros já adota os princípios de reconhecimento e mensuração estabelecidos pelos IFRS desde 1 de Janeiro de 2004, para efeitos de reporte aos Acionistas.

Foram também utilizadas as normas emitidas pela ASF que definem a contabilização das operações efetuadas pelas empresas de seguros.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2015, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras comparativas, com referência a 31 de Dezembro de 2014. A Companhia opera de acordo com o princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o atual Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

2.2. Especialização de Exercícios

Os proveitos e os custos são considerados quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento do recebimento ou pagamento, estando assim relevados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

2.3. Responsabilidade por Férias e Subsídio de Férias

Esta responsabilidade está refletida na rubrica de “Acréscimos e diferimentos” do passivo, representando dois meses de remuneração a auferir pelos empregados em 2014 e respetivos encargos, ficando assim representadas as responsabilidades legais existentes, uma vez que o direito a estas remunerações foi adquirido no exercício de 2014.

2.4. Operações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

2.5. Instrumentos Financeiros Derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("*trade date*"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("*discounted cash flows*") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.6. Outros Ativos Financeiros (ver anexo 1)

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade financeira de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

- *Investimentos disponíveis para venda*

Os investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

- *Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de: ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

- *Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

- *Transferências entre categorias de ativos financeiros*

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, "*Loans and Receivables*" ou para ativos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria. A Companhia não adotou esta possibilidade.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "*Loans and receivables*" e "*Held-to-maturity*" são também permitidas.

- *Imparidade*

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A Companhia elegeu como critérios de imparidade os seguintes:

- Instrumentos de capital, o declínio de 50% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 24 meses;
- Adicionalmente, para os instrumentos financeiros com menos valias não realizadas, a análise sobre a imparidade requer a aplicação de um julgamento. Uma diminuição de 30% durante 6 meses é um critério que ajuda a aplicar este julgamento;

- Instrumentos de dívida, incumprimentos do emissor.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

2.8. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, englobando as despesas necessárias à sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarem benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,50%
Máquinas e ferramentas	20 a 25%
Equipamento informático	10 a 33,33%
Instalações interiores	10%
Material de transporte	25%
Outros Equipamentos	12,50%
Património artístico	12,50%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.9. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software*, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Despesas de constituição e instalação	33,33%
Despesas de investigação e desenvolvimento	33,33%
Despesas em edifícios arrendados	10%
Equipamento informático (software)	16,66% a 33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – *Locações*. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo sejam transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais:

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.11. Benefícios aos empregados

Pensões

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT)".

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de Junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com a IAS 19, a Companhia irá proceder à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Conforme referido acima, a Companhia, de acordo com as opções permitidas pela IAS 19 Benefícios a empregados, optou por uma alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios atuariais passando a reconhecer os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos ativos do plano deduzidos do *unwinding* dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual e o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os encargos com reformas antecipadas são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Para além destas, a Companhia tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2005.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

De acordo com o CCT, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, passaram a beneficiar de um plano individual de reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem crescente, sendo de 1% em 2012 até atingirem, em 2017, 3,25% do ordenado base anual do trabalhador; tem capital garantido; o valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal.

Para dar cumprimento ao atrás referido, a Companhia constitui, com efeitos a 1 de Janeiro de 2012, um seguro de vida de contribuição definida e com Capital Garantido para os seus colaboradores do quadro efetivo e que dele faziam parte em 31 de Dezembro de 2011, fazendo uma contribuição anual igual a 1% da remuneração base para esses colaboradores.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Distribuição de resultados aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias os acionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

2.12. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declaração de autoliquidação, elaborada de acordo com as normas fiscais vigentes, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contados a partir do exercício a que respeitam. Não se esperam ajustamentos às declarações já entregues.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovada à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

2.13. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.14. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de “Juros e proveitos similares” utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.15. Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.16. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros define que os prémios de seguro direto sejam considerados, na sua totalidade, como proveitos no momento da emissão ou renovação da respetiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação. Assim, no final de cada exercício são realizadas determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como se segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para Prémios Não Adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método “Pro-rata temporis”, por cada contrato em vigor, de acordo com a norma da ASF 19/1994-R de 6 de Dezembro com as alterações introduzidas pelas normas 3/1996-R de 18 de Janeiro e 4/1998-R de 16 de Março.

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor dos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2012 e ainda não participados (IBNR) e os custos diretos e indiretos associados com a regularização futura destes sinistros.

Esta provisão é calculada do seguinte modo:

- a) Com base na análise efetuada aos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- b) Pela aplicação de uma taxa, determinada individualmente para cada ramo através de estudos atuariais efetuados ao longo do exercício tendo por base as características específicas de cada um, ao valor dos custos do exercício relativos a sinistros declarados de cada ramo, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício, conforme Norma 4/1998-R de 16 de Março emitida pela ASF; e
- c) Pela projeção, dos custos associados à regularização dos sinistros já encerrados, aplicada aos sinistros em curso e à estimativa de sinistros ocorridos e ainda não participados.

Provisão para Riscos em Curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte, sendo calculada em conformidade com os critérios estabelecidos pela ASF.

Provisão para Desvios de Sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Esta provisão foi constituída para o risco de fenómenos sísmicos, calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisão para Envelhecimento

A provisão para envelhecimento destina-se a fazer face ao valor atuarial dos compromissos da Companhia no ramo Doença após dedução do valor atuarial dos prémios futuros.

Esta provisão, é calculada tendo por base as previsões de permanência dos segurados em carteira (tabelas de mortalidade e estudo de anulações) e os níveis de sinistralidade.

Provisões para o Resseguro Cedido

Nas provisões calculadas para o resseguro cedido foram utilizados os critérios acima mencionados para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, assim como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

2.17. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.18. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2015 e 2014, a Companhia não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer um julgamento (Nota 2.6. Imparidade).

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da GNB Seguros, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.4. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.5. Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística, provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

NOTA 4 – REPORTE POR SEGMENTOS

Segmento de negócio

A GNB Seguros opera nos ramos “Não-Vida”, explorando os ramos “Riscos múltiplos habitação”, “Automóvel”, “Doença” e “Acidentes” no âmbito das autorizações concedidas pela Autoridade de supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designado por ASF).

A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

Relato por segmentos de negócio

Conta de Ganhos e Perdas

	2015					
	Acidentes e Doença			Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença			
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	10.422	874.729	25.569.418	22.333.257	13.684.567	-
Prémios brutos emitidos	56.037	3.998.857	26.022.877	24.179.999	15.716.034	-
Prémios de resseguro cedido	(38.082)	(3.130.619)	(523.444)	(1.924.154)	(2.266.069)	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(7.533)	1.254.601	69.985	77.412	234.602	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(1.248.110)	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.150)	(45.504)	(22.395.328)	(11.335.217)	(11.903.681)	-
Montantes pagos	7.850	(81.693)	(21.283.293)	(11.178.266)	(10.450.795)	-
Provisão para sinistros (variação)	(9.000)	36.189	(1.112.035)	(156.951)	(1.452.886)	-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(4.963)	-	-	(223.506)	(268.044)	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(12.621)	1.389.635	(3.351.997)	(5.133.950)	(3.063.774)	-
Custos de aquisição	(15.748)	(826.475)	(2.570.467)	(3.034.727)	(2.031.735)	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	1.507	(250.610)	28.231	40.134	123.855	-
Gastos administrativos	(9.665)	(378.701)	(894.399)	(2.139.357)	(1.155.894)	-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	11.285	2.845.421	84.638	-	-	-
Rendimentos	719	189.258	317.490	357.042	795.875	-
Gastos financeiro	(58)	(16.404)	(23.028)	(26.535)	(58.337)	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	117	30.907	51.849	58.308	129.975	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão) de ativos disponíveis para venda	-	(286)	(478)	(538)	(1.198)	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	3.781	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	30.001
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	(7.534)	2.422.335	171.707	6.028.861	(684.617)	30.001
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	1.914	(615.451)	(43.626)	(1.531.772)	173.943	(7.623)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	50	(16.104)	(1.142)	(40.080)	4.551	(199)
Resultado líquido do exercício	(5.570)	1.790.780	126.939	4.457.009	(506.123)	22.179

	2014					
	Acidentes e Doença			Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença			
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	4.740	795.974	26.695.299	22.117.859	14.029.999	-
Prémios brutos emitidos	20.824	3.478.724	27.146.583	24.095.322	16.288.820	-
Prémios de resseguro cedido	(10.768)	(2.696.259)	(566.283)	(2.067.814)	(2.312.251)	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(5.316)	2.675.837	114.999	90.351	53.430	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(2.662.328)	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.021)	(245.739)	(20.943.280)	(14.740.499)	(9.523.161)	-
Montantes pagos	(21)	(34.753)	(21.839.061)	(15.306.830)	(10.060.756)	-
Provisão para sinistros (variação)	(1.000)	(210.986)	895.781	566.331	537.595	-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(3.289)	-	959.544	(75.481)	180.263	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(8.549)	1.705.079	(3.340.131)	(5.108.864)	(2.948.384)	-
Custos de aquisição	(10.108)	(745.335)	(2.483.983)	(2.999.032)	(1.746.754)	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	1.079	(533.256)	(135.831)	(248.953)	(206.019)	-
Gastos administrativos	(2.701)	(361.933)	(811.254)	(1.860.879)	(995.611)	-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	3.181	3.345.603	90.937	-	-	-
Rendimentos	264	283.975	356.264	426.823	904.213	5.842
Gastos financeiro	(25)	(18.256)	(23.880)	(27.274)	(58.060)	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	65	70.380	88.295	105.783	225.545	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão) de ativos disponíveis para venda	(133)	(142.993)	(179.394)	(214.924)	(458.252)	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	6.270	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	(76.153)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	(7.948)	2.448.420	3.618.987	2.483.423	2.352.163	(70.311)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	-	-	(3.311.273)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	-	-	219.166
Resultado líquido do exercício	(7.948)	2.448.420	3.618.987	2.483.423	2.352.163	(3.162.418)

Demonstração da posição financeira

2015						
	Acidentes de trabalho	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica
		Acidentes Pessoais	Doença			
ATIVO						
Caixa e seus equivalentes	83.448	23.852.943	25.095.186	87.559.297	47.116.383	(179.362.913)
Ativos disponíveis para venda	37.367	9.834.217	16.497.420	18.552.631	41.355.313	-
Empréstimos e contas a receber	1.241	326.526	547.764	616.003	1.558.466	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	4.102.944	-	24.378	3.836.601	-
						7.963.923
PASSIVO						
Provisões Técnicas	28.596	7.525.836	12.624.989	14.197.782	31.648.002	-
						66.025.205

2014						
	Acidentes de trabalho	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica
		Acidentes Pessoais	Doença			
ATIVO						
Caixa e seus equivalentes	593	37.103	(3.448)	647.460	1.378.292	3.512
Ativos disponíveis para venda	17.695	12.921.403	16.902.011	19.304.247	41.094.252	49.964
Empréstimos e contas a receber	1.618	1.181.577	1.545.577	1.765.245	3.757.796	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	5.333.535	-	306	3.211.143	-
						8.544.984
PASSIVO						
Provisões Técnicas	8.607	9.255.156	11.611.171	13.910.799	29.660.068	-
						64.445.801

A repartição dos ativos e passivos por segmentos é feita de acordo com o volume das carteiras de investimentos e passivos e provisões técnicas, respetivamente. O segmento “não técnico” diz respeito aos ativos e passivos não relacionados diretamente com produtos.

NOTA 5 – PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2015	2014
Prémios brutos emitidos	69.973.805	71.030.273
Prémios de resseguro cedido	(7.882.369)	(7.653.375)
Prémios líquidos de resseguros	62.091.436	63.376.898
Variação da provisão para prémios não adquiridos (líquida de resseguro)	380.957	266.973
Prémios líquidos de resseguro	62.472.393	63.643.871

No anexo 4 estão descriminados alguns valores por ramos.

NOTA 6 – CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2015	2014
Seguro directo		
Montantes pagos	(37.735.619)	(42.005.291)
Custos imputados à função sinistros (Nota 11)	(6.260.197)	(6.525.862)
Variação da provisão para sinistros	(2.655.074)	1.245.130
	(46.650.890)	(47.286.023)
Resseguro cedido		
Montantes pagos	1.009.618	1.289.731
Variação da provisão para sinistros	(39.608)	542.592
	970.010	1.832.323
	(45.680.880)	(45.453.700)

O valor da variação da Provisão para Sinistros, apresentado acima, é líquido de reembolsos no montante de 3.517 milhares de euros (em 2014: 3.283 milhares de euros).

No anexo 3 estão descriminados os custos com sinistros por ramos.

NOTA 7 – OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)

As outras provisões técnicas líquidas de resseguro são analisadas como segue:

	2015	2014
Provisão para desvios de sinistralidade	223.505	(217.494)
Provisão para riscos em curso	273.008	542.312
Outras provisões técnicas	-	736.219
	496.513	1.061.037

NOTA 8 – CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2015	2014
Custos de aquisição	(8.479.150)	(7.985.214)
Comissões por intermediação de produtos de seguro direto	(7.384.960)	(6.702.337)
Custos imputados à função aquisição (nota 10)	(705.901)	(983.284)
Outros	(388.289)	(299.593)
Custos de aquisição diferidos (variação)	(56.884)	(1.122.980)
Custos imputados à função administrativa (nota 10)	(4.578.017)	(4.032.377)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	2.941.344	3.439.722
Comissões de resseguros cedido	2.097.567	2.679.359
Participação nos resultados de resseguro	843.777	760.363
	(10.172.707)	(9.700.849)

NOTA 9 – RENDIMENTOS

Rendimentos por categoria de investimento

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são analisados como segue:

	2015	2014
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos disponíveis para venda	1.641.390	1.929.202
de empréstimos concedidos e contas a receber	18.994	48.179
	1.660.384	1.977.381

NOTA 10 – CUSTOS POR NATUREZA IMPUTADOS

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	2015	2014
Custos com sinistros (ver Nota 6)	(6.260.197)	(6.525.862)
Custos de aquisição (ver Nota 8)	(705.901)	(983.284)
Custos administrativos (ver Nota 8)	(4.578.017)	(4.032.377)
Custos de gestão de investimentos	(124.362)	(127.494)
	(11.668.477)	(11.669.017)

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

	2015	2014
Custos com pessoal	(2.885.606)	(3.071.415)
Fornecimentos e serviços externos	(7. 664.849)	(7. 575.045)
Impostos e taxas	(291.265)	(299.229)
Amortizações do exercício (ver notas 20 e 21)	(734.849)	(638.180)
Comissões	(91.908)	(85.148)
	(11.668.477)	(11.669.017)

Gastos com pessoal:

Número médio de trabalhadores

Durante os exercícios de 2015 e 2014, de acordo com a nova classificação do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o número médio de Colaboradores pertencentes ao quadro efetivo ao serviço da Companhia, por categorias profissionais, foi o seguinte:

	2015	2014
Diretor	4	3
Técnico	20	24
Coordenador Operacional	4	4
Gestor Operacional	1	4
Gestor Técnico	2	-
Especialista Operacional	26	25
	57	60

Despesas com o pessoal

O montante dos gastos com o pessoal no exercício foi o seguinte:

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	(445.841)	(467.422)
Remunerações do pessoal	(1.752.850)	(1.883.761)
Encargos sobre remunerações	(502.387)	(532.727)
Benefícios pós emprego	(212)	(6.424)
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	(19.441)	(37.050)
Seguros obrigatórios	(45.489)	(30.813)
Custos de acção social	(96.465)	(84.261)
Outros custos com o pessoal	(22.921)	(28.957)
	(2.885.606)	(3.071.415)

Órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

O montante das despesas com os órgãos sociais no exercício foi o seguinte:

	2015	2014
Conselho de Administração		
Remunerações e outros benefícios	(423.641)	(445.222)
Remunerações variáveis	(22.200)	(22.200)
Encargos sobre remunerações	(105.287)	(107.112)
	(551.128)	(574.534)

Os “Fornecimentos e serviços externos” são analisados como segue:

	2015	2014
Trabalhos Especializados	(5.250.881)	(5.330.431)
Conservação e Reparação	(959.028)	(842.356)
Comunicação	(577.444)	(584.538)
Rendas e Alugueres	(385.586)	(407.136)
Outros Fornecedores e Serviços	(103.429)	(68.333)
Publicidade e Propaganda	(68.954)	1.535
Impressos	(47.506)	(54.796)
Quotizações (Actividade)	(47.150)	(45.701)
Despesas de Condomínio	(39.441)	(46.952)
Limpeza, Higiene e Conforto	(38.021)	(40.334)
Deslocações e Estadas	(26.912)	(37.623)
Gastos com Trabalho Independente	(23.360)	(10.352)
Electricidade	(21.374)	(19.887)
Seguros	(18.074)	(20.176)
Despesas Bancárias - Comissões	(16.677)	(18.399)
Combustíveis	(16.180)	(22.014)
Material de escritório	(13.538)	(5.530)
Refeições no local de trabalho	(5.129)	(5.768)
Vigilância e segurança	(2.646)	(2.496)
Despesas de representação	(1.566)	(3.270)
Contencioso e notariado	(1.502)	(2.328)
Artigos para oferta	(451)	(4.938)
Livros e documentação técnica	-	(3.222)
	(7.664.849)	(7.575.045)

A rubrica de “Trabalhos especializados” inclui o montante de 3.215 milhares de Euros, respeitante a gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença (3.843 milhares de Euros em 2014).

A rubrica “Trabalhos especializados” inclui os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas. Os honorários com o Revisor Oficial de Contas ascenderam a 74 mil euros (2014: 55 mil euros), sendo este montante referente à emissão da Certificação Legal das Contas e emissão de relatórios prudenciais exigidos pela ASF.

NOTA 11 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões, plano de benefício definido

Conforme referido na Nota 2.11., foram estabelecidos planos de contribuição definida para os colaboradores da Companhia, sendo o montante da contribuição para esses planos de 10 milhares de euros, estando abrangidos os benefícios por pré-reforma, por morte, velhice e invalidez.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões é efetuada anualmente, tendo a última sido elaborada com data de referência a 31 de Dezembro de 2015.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de Dezembro de 2015 e 2014, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

	2015	2014
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	0,5% - 1,0%(*)	0,5% - 1,0%(*)
Taxa de crescimento das pensões	0,5% - 1,0%(*)	0,5% - 1,0%(*)
Taxas de rendimento do fundo	2,25% - 2,25%(*)	4,25% - 5,48%(*)
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	5% - 100%(*)	1% - 2,50%(*)
Taxa de desconto	2,25%	2,25%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Projet Unit Credit Method	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de “rating” de elevada qualidade.

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os montantes reconhecidos no balanço podem ser analisados como segue:

	2015	2014
Ativos (responsabilidades) líquidas reconhecidas no balanço		
Responsabilidade em 31 de Dezembro		
Pensionistas	111.506	283.046
	111.506	283.046
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	175.549	279.909
Ativos/(passivos) a receber/entregar ao fundo	64.043	(3.137)
Ativos (responsabilidades) líquidas no balanço em 31 de Dezembro	64.043	(3.137)

Os acertos indicados nos quadros seguintes foram efetuados porque, à data de aprovação das contas de 2014 ainda não eram conhecidas os valores finais, sendo no entanto a melhor estimativa à data.

Os Ativos líquidos no balanço encontram-se refletidos na rubrica de “Ativos e Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”.

A evolução das responsabilidades com pensões pode ser analisada como segue:

	2015	2014
Responsabilidades em 31 de Dezembro	283.046	197.299
Acerto nas responsabilidades em 1 de Janeiro relativa ao ano anterior	10.083	-
Responsabilidades em 1 de Janeiro	293.129	197.299
Custos dos juros	6.509	13.714
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	(71.430)	79.732
Benefícios pagos pela Companhia	(7.698)	(7.699)
Transferências	(109.003)	-
	111.507	283.046
Responsabilidade em 31 de Dezembro	111.507	283.046

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser analisada como segue:

	2015	2014
Saldo do fundo 1 de Janeiro	279.910	194.394
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do fundo	6.298	7.475
Ganhos e perdas atuariais	(1.655)	11.443
Contribuições efetuadas pela Companhia	-	66.598
Transferências	(109.003)	-
	175.550	279.910
Saldo em 31 de Dezembro	175.550	279.910

A evolução dos ativos a receber/passivos a entregar durante 2015 e 2014, pode ser analisada como segue:

	2015	2014
(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro	(3.137)	(2.905)
Acerto no saldo do fundo em 1 de Janeiro relativa ao ano anterior	(10.083)	-
(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro	(13.220)	(2.905)
Ganhos e perdas atuariais da responsabilidades	69.775	(68.104)
Encargos do ano:		
Custo dos juros líquido do saldo da cobertura das responsabilidades	(211)	(6.424)
Contribuições efetuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	7.698	74.296
	64.042	(3.137)
(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro	64.042	(3.137)

A movimentação da reserva, relativa a custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2015	2014
(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro	(373.655)	(362.212)
Acerto no saldo do fundo em 1 de Janeiro relativa ao ano anterior	76.680	-
(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro	(296.975)	(362.212)
nos ativos do plano	(69.775)	(11.443)
Desvios atuariais diferidos em 31 de Dezembro	(366.750)	(373.655)

Os custos do exercício com responsabilidades com pensões podem ser analisados como segue:

	2015	2014
Custos do serviço corrente dos juros líquidos do saldo da cobertura das responsabilidades	6.509	13.714
Rendimento esperado do fundo	(6.298)	(7.290)
Custos do exercício	211	6.424

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	em milhares de euros			
	2015	%	2014	%
Terrenos e edifícios	10.302	18,21%	7.708	26,97%
Ativos da entidade gestora ou de sociedades relacionadas	-	0,00%	-	0,00%
Acções e outros títulos de rendimento variável	10.581	18,70%	6.076	21,26%
Títulos de rendimento fixo	33.209	58,70%	14.144	49,48%
Depósitos em instituições de crédito	2.335	4,13%	200	0,70%
Devedores e credores do fundo	(46)	-0,08%	406	1,42%
Juros a receber	190	0,34%	49	0,17%
	56.571	100%	28.583	100%

Deve ser referido que os montantes acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões Tranquilidade, do qual a GNB Seguros representa cerca de 0,4% do total do fundo.

A Companhia não utiliza ativos do fundo de pensões. O fundo não detém títulos emitidos pela Companhia.

NOTA 12 – GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os Ganhos e perdas de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor são analisados como segue:

	2015			2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Por alienação dos ativos e passivos disponíveis para venda	334.194	(63.038)	271.156	525.414	(35.346)	490.068
Por valorização decorrente da amortização do ativo e passivos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
	334.194	(63.038)	271.156	525.414	(35.346)	490.068

A valorização dos ativos decorrente da amortização de ativos e passivos disponíveis para venda foi durante o ano de 2014 reclassificado para a rubrica de “Rendimentos”, tendo esta o valor de -281.794 euros.

NOTA 13 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os outros rendimentos e gastos são analisados como segue:

	2015		2014	
	Técnica	Não Técnica	Técnica	Não Técnica
Outros juros	3.781	-	6.276	-
Outros rendimentos/(gastos)	-	30.001	(6)	(76.153)
	3.781	30.001	6.270	(76.153)

NOTA 14 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	2015	2014
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Caixa	244	1.836
Depósitos à ordem	4.344.101	2.061.676
	4.344.345	2.063.512

NOTA 15 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	Custo Amortizado ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Imparidade	Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	11.752.226	668.824	-	-	12.421.050	97.142	12.518.192
De outros emissores	66.728.310	3.362.656	(98.762)	(995.696)	68.996.508	692.798	69.689.306
Outros títulos de rendimento variável	7.465.350	509.916	-	-	7.975.266	106.808	8.082.074
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	85.945.885	4.541.396	(98.762)	(995.696)	89.392.824	896.748	90.289.572
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	11.761.593	696.499	-	-	12.458.092	96.818	12.554.910
De outros emissores	63.191.183	2.413.605	(307.288)	(998.196)	64.299.304	522.332	64.821.636
Ações	48.167	34.966	-	-	83.133	-	83.133
Outros títulos de rendimento variável	8.210.709	549.252	(49.209)	-	8.710.752	106.516	8.817.268
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	83.211.652	3.694.322	(356.497)	(998.196)	85.551.281	725.666	86.276.947

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável

NOTA 16 – EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A rubrica de “Empréstimos e contas a receber” é analisada como segue:

	2015	2014
Depósitos a prazo - Capital	3.050.000	8.250.000
Depósitos a prazo - Juro decorrido	-	1.813
	3.050.000	8.251.813

NOTA 17 – OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	2015	2014
Equipamento		
Equipamento informático	468.685	470.676
Mobiliário e material	272.848	272.848
Instalações interiores	95.295	95.295
Máquinas e ferramentas	35.839	34.713
Outros	33.999	33.999
	906.666	907.531
Depreciação acumulada	(862.134)	(833.100)
	44.532	74.431

O modelo de valorização aplicado aos ativos tangíveis está especificado na nota 2.8.

Durante o exercício de 2015 não foi registada qualquer perda por imparidade nos ativos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos tangíveis” é analisado como segue:

	Equipamento
Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2014	104.794
Adições	28.437
Abates	(3.534)
Depreciações do exercício	(55.266)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2014	74.431
Adições	1.126
Abates	(1.991)
Depreciações do exercício	(29.034)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2015	44.532

NOTA 18 – ATIVOS INTANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	2015	2014
Software	11.279.773	11.246.932
Imobilizações em curso	82.800	33.600
Despesas em edifícios arrendados	650.597	650.596
Despesas de investigação e desenvolvimento	20.215	20.215
Patentes, Marcas e Alvarás	385	385
	12.033.770	11.951.728
Amortizações acumuladas	(10.878.111)	(10.173.179)
	1.155.659	1.778.549

O modelo de valorização aplicado aos ativos intangíveis foi especificado no ponto 2.9.

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos intangíveis” foi o seguinte:

Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2014	2.308.238
Adições	51.090
Amortizações do exercício	(580.779)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2014	1.778.549
Adições	82.041
Amortizações do exercício	(704.932)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2015	1.155.659

NOTA 19 – PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS COM SINISTROS
Provisões técnicas

Ao provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas como segue:

	2015			2014		
	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	25.792.640	(7.941.958)	17.850.682	27.421.708	(9.190.070)	18.231.638
Custos de aquisição diferidos	(3.836.529)	4.495.783	659.254	(3.893.414)	5.202.442	1.309.028
Provisão para sinistros	35.648.243	(4.517.748)	31.130.495	32.993.169	(4.557.356)	28.435.813
Provisão para desvios de sinistralidade	2.096.384	-	2.096.384	1.872.879	-	1.872.879
Provisão para riscos em curso	1.810.686	-	1.810.686	1.537.678	-	1.537.678
Provisão para envelhecimento	4.513.781	-	4.513.781	4.513.781	-	4.513.781
	66.025.205	(7.963.923)	58.061.282	64.445.801	(8.544.984)	55.900.817

A provisão para sinistros inclui uma provisão de 12.128.288 euros (em 2014: 10.658.275 euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2015 e ainda não participados ou insuficientemente conhecidos. Adicionalmente, inclui uma estimativa de 2.783.837 euros (em 2014: 2.313.990 euros) de encargos futuros de gestão associados à regularização de sinistros pendentes e aos não declarados até 31 de Dezembro de 2014.

Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos

A evolução das provisões para sinistros é apresentada como segue:

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Estimativa inicial dos custos com sinistros	33.194.610	40.196.444	46.433.756	49.120.218	49.430.923	42.299.121	38.430.958	37.246.826	34.238.300	32.992.169	35.638.244
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	9.661.720	10.287.553	10.086.379	9.558.170	12.258.391	12.259.189	11.625.454	13.741.017	10.482.867	9.686.894	
Dois anos depois	12.747.914	13.688.926	12.917.489	13.442.691	15.813.162	14.939.110	14.983.272	16.364.487	12.213.843		
Três anos depois	15.206.274	15.670.306	15.894.945	16.315.211	17.464.268	16.822.280	16.775.492	17.319.581			
Quatro anos depois	16.739.019	18.334.227	17.925.585	17.695.437	18.821.223	17.899.758	17.005.480				
Cinco anos depois	18.384.753	19.899.929	19.127.186	18.744.561	19.686.657	17.769.066					
Seis anos depois	19.785.202	20.657.195	20.027.921	19.511.506	19.473.402						
Sete anos depois	20.374.149	21.273.004	20.720.321	19.376.713							
Oito anos depois	20.671.184	21.954.614	20.717.042								
Nove anos depois	21.216.946	21.935.923									
Dez anos depois	21.199.491										
Estimativa final dos custos com sinistros											
Um ano depois	32.818.587	40.356.541	45.126.156	44.864.762	39.647.050	33.825.684	30.972.822	30.672.882	28.326.749	31.022.614	
Dois anos depois	33.246.379	38.823.293	40.885.913	35.093.340	32.056.703	28.389.643	26.828.487	26.783.442	26.916.364		
Três anos depois	32.224.883	36.033.464	32.118.586	29.337.845	27.434.035	25.112.108	24.199.942	29.034.186			
Quatro anos depois	29.867.033	29.392.350	27.871.393	25.461.696	24.648.721	22.716.589	24.269.197				
Cinco anos depois	25.260.241	25.872.755	25.106.147	22.692.397	22.511.448	23.042.842					
Seis anos depois	23.332.925	24.448.448	23.354.226	21.622.578	23.014.154						
Sete anos depois	22.562.809	23.516.007	22.490.557	22.289.297							
Oito anos depois	22.272.060	23.015.673	23.042.660								
Nove anos depois	21.865.829	23.431.956									
Dez anos depois	22.361.163										
Excedente/(défice) acumulado	10.833.447	16.764.488	23.391.096	26.830.921	26.416.769	19.256.279	14.161.761	8.212.640	7.321.936	1.969.555	

O reajustamento no desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em anos anteriores relativo aos ramos Automóvel e Incêndio e outros danos é devido, em grande parte, ao encerramento de processos abertos com provisão elevada e posteriormente encerrados com custo inferior ao estimado anteriormente, alguns deles provenientes de sentenças judiciais favoráveis.

No ramo Doença, o reajustamento decorre principalmente de revisão do critério de avaliação das estimativas das responsabilidades com sinistros ocorridos e não participados.

NOTA 20 – OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo de outros devedores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	2015	2014
Contas a receber por operações de seguro directo		
Tomadores de seguro	348.177	561.061
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	1.643.879	1.836.895
Contas a receber por outras operações		
Outros devedores	1.760.749	1.208.981
	3.752.805	3.606.937

NOTA 21 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2015 e 2014 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 25% mais derrama, que poderá ir de 1,5% a 6,5%, consoante o lucro tributável.

As declarações de autoliquidação da Seguradora, ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da GNB Seguros que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Ativos e passivos por impostos correntes

Os ativos e passivos por impostos correntes, dizem respeito ao imposto (corrente) sobre o rendimento do exercício, deduzido do Pagamentos Por Conta e do Pagamento Adicional por Conta, e a outros impostos e taxas que incidem sobre a atividade de seguros não vida.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 2015 e 2014 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos	
	2015	2014	2015	2014
Impostos sobre rendimentos	843.162	-	-	575.206
Outros impostos e taxas	86.265	44.551	1.135.741	1.015.415
Total	929.427	44.551	1.135.741	1.590.621

Os movimentos da rubrica de “Impostos sobre rendimentos” são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de janeiro de 2014	(495.768)
Montantes registados nos resultados	(3.311.273)
Pagamentos efectuados	3.275.226
Excesso / insuficiência de estimativa	(43.391)
Saldo a 31 de dezembro 2014	(575.206)
Montantes registados nos resultados	(2.022.615)
Pagamentos efectuados	3.397.983
Excesso / insuficiência de estimativa	43.000
Saldo a 31 de dezembro 2015	843.162

Principais componentes do gasto (rendimento) de impostos

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2015 e 2014 explica-se como segue:

	2015	2014
Imposto corrente	(2.022.615)	(3.311.273)
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(52.924)	219.166
Total do imposto registado em resultados	(2.075.539)	(3.092.107)

O movimento do imposto diferido de balanço em 2015 e 2014 explica-se como segue:

	2015		2014	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Ativos financeiros	625	276.202	245.440	(620.471)
Pensões	8.951	-	(16.274)	-
Provisões	(62.500)	-	(10.000)	-
Outros	-	-	-	-
	(52.924)	276.202	219.166	(620.471)

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos contabilísticos e os respetivos montantes para efeitos de tributação. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis e impostos diferidos passivos para as diferenças tributáveis. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros e a data da sua reversibilidade, a taxa de imposto diferido utilizada foi de 25%.

Imposto sobre o rendimento reportado em reservas

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2015 e 2014 explica-se como segue:

	2015	2014
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	276.202	(620.471)
Total do imposto registado em reservas	276.202	(620.471)

Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2015		2014	
	%	Valor	%	Valor
Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários		7.960.753		10.824.734
Taxa de imposto estatutária	25,0%		27,7%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		(1.992.202)		(2.998.451)
Benefícios pós emprego		(24)		-
Provisões		(59)		29.787
Diferenças temporárias		(33.576)		(24.828)
Tributações autónomas		(49.678)		(57.451)
Outros		-		(41.164)
		(2.075.539)		(3.092.107)

NOTA 22 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica (Ativo) em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	2015	2014
Gastos diferidos	603.670	871.559

A rubrica de “Gastos diferidos” inclui o montante de 602 milhares de euros (2014: 832 milhares de euros), respeitante a gastos com campanhas de dinamização comercial, referentes a exercícios seguintes.

NOTA 23 – OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo de outros credores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	2015	2014
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	4.009.576	7.717.703
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	530.654	593.603
Contas a pagar por outras operações		
Outros credores	887.455	2.147.952
	5.427.685	10.459.258

A rubrica “Contas a pagar por outras operações - Outros credores” em 2015 inclui o montante de 139 milhares de euros (2014: 588 milhares de euros) relativos a valores a pagar a fornecedores e 266 milhares de euros (2014: 1.224 milhares de euros) relativos a sinistros a pagar.

NOTA 24 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica (Passivo) em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	2015	2014
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	645.674	654.669
Outros acréscimos de gastos	3.811.913	3.869.713
	4.457.587	4.524.382

A rubrica “Remunerações e Respetivos encargos a liquidar” inclui o montante de 307 milhares de euros (2014: 311 milhares de euros) relativos a férias e Respetivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte.

A rubrica “Outros acréscimos de gastos” inclui o montante de 1.059 milhares de euros (2014: 1.235 milhares de euros) relativos a comissões por intermediação de produtos de seguros e incentivos à produção.

NOTA 25 – OUTRAS PROVISÕES

As outras provisões são analisadas como segue:

	Outras Provisões
Saldo a 1 de Janeiro de 2014	652.635
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	652.635
Dotações	250.000
Utilização	(250.000)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	652.635

NOTA 26 - CAPITAL

Estrutura Acionista

Em 31 de Dezembro de 2015, o capital social autorizado da GNB - Companhia de Seguros, S.A. encontrava-se representado por 3.000.000 milhões de ações, com um valor nominal de 5 euros cada, das quais encontravam-se subscritas e realizadas na totalidade pelos diferentes Acionistas.

Estrutura Acionista a 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

	% Capital	
	2015	2014
Crédit Agricole Assurances, S.A.	50,00000%	50,00000%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	25,00000%	25,00000%
Novo Banco, S.A.	24,99934%	24,99934%
Haitong Bank, S.A.	-	0,00033%
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.	0,00033%	0,00033%
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	0,00033%	-
	100,00000%	100,00000%

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de reavaliação

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Ao longo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a reserva de justo valor, outras reservas e resultados transitados, podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	1.690.299	(490.187)	5.088.080	1.932.420
Aplicação de resultados	-	-	699.319	-
Distribuição de reservas	-	-	-	(699.126)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	-	11.443	-
Alterações de justo valor	2.752.335	(620.471)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	4.442.634	(1.110.658)	5.798.842	1.233.294
Aplicação de resultados	-	-	773.263	-
Distribuição de reservas	-	-	-	(1.230.636)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	-	(6.905)	-
Alterações de justo valor	(1.104.809)	276.202	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	3.337.825	(834.456)	6.565.200	2.658

Dividendos

Distribuição de dividendos

A quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital, durante 2015 e 2014, é analisada da seguinte forma:

	2015	2014
Crédit Agricole Assurances, S.A.	4.095.000	3.496.500
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	2.047.500	1.748.250
Novo Banco, S.A.	2.046.954	-
Banco Espírito Santo, S.A.	-	1.747.784
Haitong Bank, S.A.	273	233
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.	273	233
	8.190.000	6.993.000

NOTA 27- GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

Em termos da gestão de riscos da atividade, é apresentada a seguinte informação da Companhia:

A estrutura orgânica da GNB Seguros incorpora a Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance. O âmbito de atuação desta Direção integra as áreas de Gestão de Risco e Controlo, Compliance ainda a área de Planeamento e Controlo de Gestão.

No que respeita às áreas de Compliance, Controlo Interno e Gestão de Risco, mantêm-se as anteriores competências.

Compete à Direção no âmbito do compliance, garantir a prevenção e controlo de riscos de não conformidade com as leis, regulamentos, normas profissionais e deontológicas aplicáveis às atividade de seguros, realizando para tal um conjunto de tarefas:

- Estabelecimento de normas, políticas e procedimentos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos internos definidos pela Comissão Executiva;
- Documentação das normas, políticas e procedimentos aprovados;
- Garantir a conformidade dos novos produtos com a legislação em vigor, bem como a transparência da divulgação dos documentos para o cliente, e dos materiais de comunicação (através do Comité Novos Produtos e Atividades);
- Pesquisa e controlo periódicos de legislação aplicável às atividades da Companhia no que se refere a Compliance e Controlo, nomeadamente legislação geral e legislação emanada pelos reguladores;
- Analisar os impactos decorrentes da legislação e propor as ações a desempenhar pelas Companhias, por forma a que os requisitos definidos sejam transpostos para a Organização;
- Gerir um código de conduta dos colaboradores da Companhia, documentar o mesmo;
- Assegurar ações de formação aos colaboradores respeitantes a normas profissionais e deontológicas, normas internas e informação imediata às áreas das Companhias, em caso de alteração das disposições legislativas e regulamentares ou normas internas aplicáveis ao seu domínio;
- Identificação e documentação dos riscos de não conformidade pelas regras estabelecidas; e
- Segurança Financeira: prevenção do branqueamento de capitais, luta contra o terrorismo financeiro e luta contra a fraude interna e externa.

Controlo Interno

Compete à Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance, no âmbito do controlo interno, de forma resumida as seguintes tarefas:

- Identificação, com a Comissão Executiva, com as Direções/ Unidades de negócio dos processos relevantes, atividades, controlos e riscos inerentes associados;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;
- Documentar e gerir os manuais de controlo interno em vigor para as Companhias e acomodar as recomendações da Auditoria Interna e Gestão de Riscos na revisão do documento;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço de controlos existentes ou a implementação de novos controlos; e
- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, análise das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções.

Gestão de Risco

A gestão de risco apresenta-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao desenvolvimento sustentado das empresas do setor financeiro em Portugal, e em particular às seguradoras sobretudo com as novas regras no âmbito da implementação do Solvência II, que obrigarão a uma análise exaustiva e

pormenorizada dos riscos a que as Companhias se encontram sujeitas com impactos diretos no montante de capital necessário para fazer face a esses mesmos riscos.

Durante o ano de 2015 prosseguiram os diversos desenvolvimentos no que respeita à implementação do novo regime de solvência (Solvência II) quer ao nível dos processos quer no que respeita à implementação de ferramentas e suporte tecnológico. Neste sentido, a Companhia efetuou a o reporte e divulgação de informação requerida pelo regulador e pelo Grupo Crédit Agricole.

Também o crescente enfoque atribuído à análise e monitorização dos diversos riscos, bem como ao processo de comunicação interno, tem contribuído para o papel que a gestão de risco tem vindo a desempenhar no apoio ativo à gestão.

No que se refere à função de risco, é garantida a sua independência para o exercício das suas funções, reportando funcionalmente ao Presidente da Comissão Executiva, constituindo-se este como um dos elementos difusores e impulsionadores da cultura de gestão de risco na GNB Seguros, bem como ao Grupo Credit Agricole em termos hierárquicos, baseando o seu trabalho na sua estrutura e processos em vigor.

O desenvolvimento e a implementação da função de gestão de riscos visa assegurar um equilíbrio entre risco e retorno, e desta forma transmitir às partes que se relacionam com a Companhia (Clientes, Canais de Distribuição, Accionistas, Reguladores e outros agentes) uma perspectiva de exigência e confiança.

Relativamente à estrutura, informa-se que para além da referida Direção que integra a gestão de risco, a Companhia dispõe de um conjunto de Comités, destacando-se o Comité de Controlo Interno e o Comité de Gestão de Risco, Controlo Interno, Compliance e Serviços Externos Essenciais. Estes Comités são compostos pela Comissão Executiva, por representantes do Crédit Agricole e pelos Diretores de topo da organização (consoante o tema em discussão). Encontram-se acometidas a estes comités as funções de promoção da política de risco, limites e orientações, definição de planos de melhoria contínua, avaliação e análise de riscos operacionais e de conformidade e análise das recomendações de auditoria interna, culminando na contribuição para a edificação de uma cultura de risco forte, embebida em todos os processos da Companhia.

A política de riscos em vigor é transversal a toda a Companhia, e constam dela os princípios basilares, bem como as responsabilidades dos vários intervenientes no processo de gestão de risco da GNB Seguros.

Constituem como principais objetivos da gestão de risco, os que se seguem:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adotando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;
- Gestão pró-ativa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco;
- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (incluindo indicadores de risco, bases de dados de perdas, risk register e testes de stress e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e avaliação de capital;
- Colaborar na definição das políticas de investimentos, subscrição, provisionamento e resseguro;
- Promover a gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco;
- Conformidade com a legislação em vigor para o setor, requisitos regulamentares, standards e código de conduta; e
- Reporte periódico, pelas diferentes Direções/ Unidades da estrutura organizativa, com o objetivo de garantir de que a Companhia efetua a gestão dos principais riscos que afetam o seu negócio.

A Companhia apresenta a descrição dos vários riscos a que se encontra exposta, de acordo com a estrutura da Circular nº7/2009, de 23 de Abril, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, referente ao desenvolvimento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno das Empresas de Seguros.

A. Risco Estratégico

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco.

Os fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver.

A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade.

Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Na gestão deste tipo de risco, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível dos seus Órgãos de Administração, existindo uma comunicação regular desses objetivos a todos os colaboradores da Companhia.

As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

B. Risco de Seguro

O risco específico de seguro pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos ou a assumir.

Os mecanismos de mitigação deste risco mantiveram na sua essência, os mesmos conceitos e práticas reportadas no relatório anterior:

1) Desenho e Tarificação

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos, que incluem sinistros a pagar, despesas e custo do capital.

Neste sentido:

- A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em tarifas construídas com base em princípios atuariais e sujeitas a revisão periódica;
- É efetuada uma análise por parte do Comité Técnico, o qual poderá emitir recomendações sobre as matérias analisadas;
- É efetuada uma análise prévia em sede de Comité de Produtos no qual se encontram representadas todas as Direções operacionais. Previamente ao lançamento dos produtos são analisados e discutidos vários aspetos referentes aos produtos e formuladas recomendações para o Presidente da Comissão Executiva para posterior aprovação, ou não, em sede de Comissão Executiva. Após aprovação do Comité de Produtos por parte da Comissão Executiva, o produto encontra-se aprovado para se iniciar a sua fase construção;
- Este processo é coadjuvado, posteriormente, pelo Comité NAP (Novos Produtos e Atividades), que pretende assegurar a total conformidade (ao nível de legislação, adequação aos segmentos, conflitos de interesses, conteúdo da formação, proteção de dados, etc.) dos novos produtos e atividades após todas as diligências efetuadas para o seu lançamento;
- A priori, a adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de cash-flows baseadas em princípios atuariais. Posteriormente, é feito um acompanhamento do produto, das vendas, características dos riscos subscritos, sinistralidade e margem técnica. Mensalmente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e sinistralidade referentes a todos os produtos;
- Periodicamente as tarifas são revistas e são elaborados estudos mais aprofundados dos produtos, efetuando-se perfis da carteira e analisando-se o movimento de apólices (novos, anulações), variações de prémios, frequências e taxas de sinistralidade.

2) Subscrição

A aceitação dos riscos é condicionada à Política de Subscrição (coberturas definidas e processos de aceitação condicionada) embebida no sistema e aprovada formalmente.

A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em padrões técnicos rigorosos, existindo alguns instrumentos auxiliares: tarifas, manuais de produto e subscrição, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos. Os produtos são criados de forma simples, padronizada e transparente. Quando existem riscos não enquadráveis nesta política a sua aceitação é condicionada, sendo necessária uma análise específica.

As regras definidas são parametrizadas no sistema informático de suporte e são definidos mecanismos de impedimento ou de alerta para quando alguma das regras não é cumprida.

De acordo com o risco de subscrição de cada situação em concreto, o processo de aceitação obedece a determinados perfis integrados no sistema que limitam a decisão sobre o processo de aceitação a algumas unidades operacionais ou colaboradores.

Em termos de definição e implementação de procedimentos de resolução de reclamações, a Companhia dispõe de um regulamento interno de gestão de reclamações, que define prazos internos para o processamento e resposta de reclamações e no momento de subscrição disponibiliza aos clientes informação sobre a gestão de reclamações, tal como previsto na legislação em vigor.

3) Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos atuarialmente reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados por isso. Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos;

O valor das provisões a constituir é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros. São efetuadas análises regulares sobre a suficiência do provisionamento da Companhia através de métodos estatísticos, adequados à natureza dos riscos, para determinação da Best Estimate (ex.: Chain ladder, bootstrap). Anualmente o cálculo do provisionamento é revisto por uma entidade externa independente.

4) Gestão de Sinistros

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer uma variação das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Para mitigar este tipo de risco a Companhia implementou como medida que o sistema de suporte à atividade de gestão de sinistros incorpore regras específicas que permitem mitigar o risco de seguro.

Regularmente a Direção de Atuariado e Resseguro efetua um acompanhamento e monitorização dos sinistros geridos pela Companhia.

É efetuado um acompanhamento mensal da sinistralidade, que abrange as taxas de sinistralidade, a frequência e os custos, incluindo os custos médios por sinistros.

Este acompanhamento permite analisar a evolução destas rubricas, detetar tendências e equacionar estratégias futuras, quer seja ao nível da tarificação, do provisionamento ou do resseguro.

Esta análise é efetuada para cada um dos produtos em comercialização e é reportada mensalmente às várias Direções da Companhia e à Comissão Executiva.

A Direção de Atuariado e Resseguro, bem como a Direção de Sinistros, efetuam uma análise regular e detalhada dos sinistros que envolvem danos corporais e dos sinistros graves, permitindo um ajustamento adequado das provisões, bem como uma análise ao nível do impacto no resseguro.

5) Resseguro

A mitigação de risco é efetuada principalmente através de programas de resseguro específicos e adequados a cada tipo de risco, existindo uma elevada exigência face aos resseguradores contratados, tendo em consideração o seu rating, solvência financeira e capacidade de prestação de serviços. Os principais tratados existentes na Companhia são Não Proporcionais – Excess of Loss – para os produtos Automóvel e Multirrisco e Proporcionais – Quota Share – para os outros produtos. O risco catastrófico (fenómenos sísmicos e catástrofes naturais) está coberto por um tratado de excedente de perdas, sendo a sua retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia e o seu limite máximo analisado em função da frequência deste tipo de eventos e do seu impacto nos capitais da Companhia. O período de retorno considerado foi de 353 anos.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

	2015	2014
Aumento de 5% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	(2. 284.044)	(2. 272.685)
Aumento de 10% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	(4. 568.088)	(4. 545.370)
Aumento de 5% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	(508.635)	(485.042)
Aumento de 10% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	(1. 017.271)	(970.085)

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

C. Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e volatilidade dos preços de mercado.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela emissão de recomendações sobre políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez. As recomendações emitidas são submetidas à apreciação da Comissão Executiva.

A política de investimentos da Companhia tem sido conservadora, mantendo uma prudente diversificação, não só como fator de mitigação do risco, mas também para cumprir as regras de diversificação necessárias para que os ativos possam representar as provisões técnicas.

Regularmente é efetuada a monitorização dos ativos que representam as provisões técnicas.

1) Risco de variação de preços de mercado de capitais, cambial, de taxa de juro, imobiliário e de spread

- Risco de variação de preços no mercado de capitais: Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado, e está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro. A mitigação deste risco na Companhia realiza-se através da formalização na política financeira de um conjunto de limites de exposição máxima permitida por emitentes e por classe de ativos.

- **Risco Cambial:** Os ativos e passivos encontram-se denominados em determinada moeda, sendo este risco resultado das variações dessas denominações face a possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência. A gestão do risco cambial através do estabelecimento de limites para a sua exposição está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizadas regularmente ao nível do Comité Financeiro. No exercício de 2015, a companhia não se encontrou exposta a este risco, uma vez que não procedeu a transações em moeda estrangeira.
- **Risco de Variação das taxas de juro:** As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes. As atividades de gestão do risco (contratos de derivados, análises ALM,...) têm como objetivo a optimização da margem financeira, tendo em consideração os níveis das taxas de juro do mercado e a sua consistência com os objetivos estratégicos da Companhia. A gestão do risco da taxa de juro está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.
- **Risco de Imobiliário:** A Companhia não se encontra exposta a este risco, dado não proceder a investimentos no setor imobiliário.
- **Risco de Spread:** Parte do risco dos ativos que é explicada pela volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Este risco está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Análise de sensibilidade

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade, e os respetivos impactos no capital próprio e resultado (líquidos de imposto):

Valores em milhares de euros		
2015		
	Capital Próprio	Ganhos e Perdas
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	(2.055)	26
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	2.055	-
Valorização de 10% no valor de mercado de ações	348	-
Desvalorização de 10% no valor de mercado de ações	(348)	-
2014		
	Capital Próprio	Ganhos e Perdas
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	(2.551)	82
28 Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	2.551	(17)
Valorização de 10% no valor de mercado de ações	278	-
Desvalorização de 10% no valor de mercado de ações	(278)	-

2) Risco de uso de produtos derivados e similares

A gestão do risco de produtos derivados está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Na Política Financeira encontram-se identificados os objetivos e estratégias inerentes ao uso de produtos derivados e similares, bem como a necessidade de a Comissão Executiva aprovar qualquer transação ou estratégia previamente à sua execução.

Contudo a Companhia durante o ano de 2015 não se encontrou exposta ao risco de produtos derivados e similares, dado que não utilizou instrumentos derivados.

3) Risco ALM

Não relevante para a atividade Não Vida.

Níveis hierárquicos

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros disponíveis para venda, podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – quando são valorizados de acordo com cotações disponíveis em mercados ativos;

Nível 2 – quando são valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – quando são valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas, um peso significativo na valorização obtida.

A Companhia classifica os seus ativos de acordo com as IFRS13 bem como de acordo com as políticas definidas pelos seus acionistas. Utilizando regras ou modelos com suporte em variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

Os “Empréstimos e contas a receber” e a rubrica de “Outros devedores e credores” foram classificados no nível 2 e 3 respetivamente de acordo com as políticas definidas pelo grupo dado não terem cotações em mercados ativos.

O escalonamento dos ativos financeiros e não financeiros, por níveis hierárquicos, é analisado da seguinte forma:

	2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.344.345	-	-	4.344.345
Ativos financeiros disponíveis para venda	86.193.814	-	83.133	86.276.947
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicas	12.554.910	-	-	12.554.910
De outros emissores	64.821.636	-	-	64.821.636
Ações e Fundos de Investimento	8.817.269	-	83.133	8.900.402
Empréstimos e contas a receber	-	3.050.000	-	3.050.000
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	-	-	3.752.805	3.752.805
Contas a receber por operações de seguros direto	-	-	348.177	348.177
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	1.643.879	1.643.879
Contas a receber por outras operações	-	-	1.760.749	1.760.749
Passivo				
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	(5.427.685)	(5.427.685)
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	(4.009.576)	(4.009.576)
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	(530.654)	(530.654)
Contas a pagar por outras operações	-	-	(887.455)	(887.455)

	2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.063.512	-	-	2.063.512
Ativos financeiros disponíveis para venda	90.241.068	-	48.503	90.289.571
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicas	12.518.192	-	-	12.518.192
De outros emissores	69.689.306	-	-	69.689.306
Ações e Fundos de Investimento	8.033.571	-	48.503	8.082.074
Empréstimos e contas a receber	-	8.251.813	-	8.251.813
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	-	-	3.606.937	3.606.937
Contas a receber por operações de seguros direto	-	-	561.061	561.061
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	1.836.895	1.836.895
Contas a receber por outras operações	-	-	1.208.981	1.208.981
Passivo				
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	(10.459.258)	(10.459.258)
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	(7.717.703)	(7.717.703)
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	(593.603)	(593.603)
Contas a pagar por outras operações	-	-	(2.147.952)	(2.147.952)

Em 2015 e 2014 não existiram transferências de ativos entre Níveis.

Justo valor de ativos e passivos não mensurados ao justo valor

	2015		2014	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.344.345	4.344.345	2.063.512	2.063.512
Empréstimos concedidos e contas a receber	3.050.000	3.050.000	8.251.813	8.251.813
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.752.805	3.752.805	3.606.937	3.606.937
Ativos financeiros ao justo valor	11.147.150	11.147.150	13.922.262	13.922.262
Outros credores por operações de seguro e outras operações	5.427.685	5.427.685	10.459.258	10.459.258
Passivos financeiros ao justo valor	5.427.685	5.427.685	10.459.258	10.459.258

A Companhia entende que para estes ativos e passivos o seu justo valor aproxima-se do seu valor de balanço essencialmente devido à sua curta maturidade.

D. Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais, ou seja, traduz-se na maior ou menor capacidade dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta, não conseguirem efetuar o cumprimento das suas obrigações, devido a alterações da sua situação creditícia.

Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, clientes e resseguro (risco de contraparte). A gestão do risco de crédito está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A Companhia continua a praticar as medidas de mitigação de risco mencionadas em anos anteriores, nomeadamente:

- Clientes: Devido à configuração específica da atividade, bancassurance, a Companhia utiliza como regra de cobrança de prémios o débito em conta, o que reduz substancialmente o risco de crédito.
- Resseguro: Ao nível do resseguro o risco de crédito é mitigado pelo estabelecimento de contratos nesta matéria, essencialmente com os líderes mundiais, existindo uma seleção de Resseguradores de acordo com níveis mínimos de rating, conforme política de resseguro, efetuando a Companhia um acompanhamento regular da sua evolução, assim como a exigência de *loss deposits*, previstas na maioria dos contratos que celebramos com os resseguradores.
- Investimentos: As regras definidas na política financeira da Companhia procuram mitigar este risco considerando as regras de diversificação, limites setoriais e o rating das entidades envolvidas (em vigor neste momento: o pior rating entre as três mais conhecidas empresas de notações).

Relativamente ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é analisado como segue:

	2015					
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	4.344.101	244
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	4.329.601	19.746.198	23.885.569	15.301.343	6.114.516	16.899.720
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	-	3.050.000	-
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	13.292	1.419.125	211.462	2.108.926	-
Total	4.329.601	19.759.490	25.304.694	15.512.805	15.617.543	16.899.964

	2014					
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	2.061.676	1.836
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	9.278.857	26.416.539	30.485.085	15.334.618	5.120.940	3.653.533
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	-	8.251.813	-
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	19.178	86.338	1.146.424	562.045	1.792.952
Total	9.278.857	26.435.717	30.571.423	16.481.042	15.996.474	5.448.321

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

2015			2014		
País emissor	Valor de Balanço	Percentagem	País emissor	Valor de Balanço	Percentagem
França	7.664. 939	61,05%	França	7.621. 449	60,88%
Polónia	582. 984	4,64%	Polónia	588. 464	4,70%
Finlândia	814. 069	6,48%	Finlândia	808. 098	6,46%
Portugal	3.492. 919	27,82%	Portugal	3.500. 182	27,96%
Total	12.554. 910	100,00%	Total	12.518. 193	100,00%

E. Risco de Concentração

O risco de concentração é o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou solvência da Companhia.

A gestão deste risco relativamente aos ativos está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A sua mitigação, para a Companhia, consubstancia-se na referida Política, através da definição de limites de exposição por emitentes, por rating, por classe de ativos (asset allocation) e por setor.

A diversificação dos ativos financeiros por setores de atividade, como forma de mitigar a concentração do risco de crédito, pode ser analisada para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, conforme se segue:

	2015		2014	
	Bruto	Imparidades	Bruto	Imparidades
Dívida Pública e Supranacional	17.658. 488	-	18.706. 367	-
Financeiro	30.003. 119	(998.196)	32.696. 159	(995.696)
Indústria	17.358. 024	-	3.713. 403	-
Comércio	3.659. 960	-	10.910. 112	-
Matérias-Primas	-	-	4.334. 778	-
Outros Serviços	2.206. 602	-	4.331. 869	-
Telecomunicações	2.693. 546	-	3.701. 899	-
Consumíveis domésticos	-	-	1.146. 908	-
Energia	8.378. 175	-	4.951. 432	-
Cuidados de Saúde	258. 878	-	2.097. 354	-
Fundos de Investimento	4.560. 747	-	3.650. 533	-
Tecnologia de Informação	497. 606	-	1.044. 454	-
	87.275. 143	(998.196)	91.285. 268	(995.696)

Considerando que os produtos que a GNB Seguros comercializa se dirigirem, de uma forma geral, a todos os clientes da rede de distribuição da Companhia (Bancos do Grupo Novo Banco) e atendendo ao modo como esta se encontra distribuída pelo País, entende-se que ao nível dos passivos se verifica uma distribuição que evita a concentração numa única fonte de risco (clientes ou regiões).

F. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas à medida que estas se vençam e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas e inaceitáveis ao alienar investimentos ou outros ativos de forma não programada.

A gestão do risco de liquidez está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A maturidade dos ativos é como segue:

2015						
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Sem maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.344.101	-	-	-	244	4.344.345
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	10.846.206	19.728.524	37.954.495	17.747.722	0	86.276.947
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	3.050.000	-	-	-	-	3.050.000
Provisões técnicas de resseguro cedido	7.963.923	-	-	-	-	7.963.923
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.752.805	-	-	-	-	3.752.805
Total de Ativos	29.957.035	19.728.524	37.954.495	17.747.722	244	105.388.020
Provisões Técnicas	(37.254.962)	(9.512.957)	(8.745.159)	(10.512.127)	-	(66.025.205)
Outros Credores por operações de seguros e outras operações	(5.427.685)	-	-	-	-	(5.427.685)
Total de Passivos	(42.682.647)	(9.512.957)	(8.745.159)	(10.512.127)	-	(71.452.890)

2014						
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Sem maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.061.676	-	-	-	1.836	2.063.512
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	8.053.596	16.406.960	35.147.879	26.982.101	3.699.036	90.289.572
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	8.251.813	-	-	-	-	8.251.813
Provisões técnicas de resseguro cedido	8.544.984	-	-	-	-	8.544.984
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.606.937	-	-	-	-	3.606.937
Total de Ativos	30.519.006	16.406.960	35.147.879	26.982.101	3.700.872	112.756.818
Provisões Técnicas	(39.390.555)	(10.509.034)	(5.919.560)	(8.626.652)	-	(64.445.801)
Outros Credores por operações de seguros e outras operações	(10.459.258)	-	-	-	-	(10.459.258)
Total de Passivos	(49.849.813)	(10.509.034)	(5.919.560)	(8.626.652)	-	(74.905.059)

A gestão da liquidez na Companhia tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. A liquidez também é gerida numa ótica que permita responder de uma forma satisfatória a situações de stresse de liquidez.

Assim a Companhia tem em vigor um conjunto de limites que considera importantes que sejam mantidos de forma a garantir os seus objetivos.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os gap liquidity, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

G. Risco de Operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar problemas reputacionais, legais, implicações com o regulador, e por vezes conduzir mesmo a perdas financeiras. A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas com base no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, com a solidificação do sistema de controlo interno que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco, pensa ser possível controlar e monitorizar estes riscos potenciais.

A primeira responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação dos controlos associados ao risco operacional está atribuída a cada responsável de Direção. Esta responsabilidade é apoiada pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, através do desenvolvimento de controlos e orientações por meio de normativos, procedimentos, regras no sistema informático e reportes com o objetivo de abarcar as seguintes áreas:

- Segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transações e pagamentos;
- Reconciliação e monitorização de transações;
- Compliance com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;
- Documentação dos controlos e procedimentos;
- Reporte de perdas operacionais e proposta de planos de ação para mitigar perdas registadas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- Formação de colaboradores;
- Implementação do código de conduta; e

- Processos de “assessment”.

Este processo é acompanhado por missões periódicas levadas a cabo pela Direção de Auditoria Interna. Os resultados do seu trabalho são discutidos com os responsáveis de cada Direção e submetidos ao Comité de Controlo Interno, onde estão presentes a Comissão Executiva, e os responsáveis pela Direção de Auditoria Interna, e da Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance e representantes do Grupo de cada uma destas áreas.

Os Comités existentes e diretamente relacionados com gestão de risco, controlo e compliance, contribuem para a mitigação deste risco funcionando como facilitadores no processo de identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Existe também na Companhia um Comité de Segurança cuja organização é da responsabilidade da Direção de Gestão de Risco. O objetivo definido para este Comité é o de assegurar que a segurança informática, de pessoas e bens e a continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas.

Com o objetivo de mitigar o risco de outsourcing, a Companhia dispõe de um Comité de Prestação de Serviços Externos Essenciais que tem por objetivo assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades consideradas essenciais ao desenvolvimento e sucesso do seu negócio.

H. Risco Reputacional

O risco reputacional pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como do nome que lhe está associado, sendo a gestão deste risco efetuada de uma forma regular, que pode ser exemplificada com as medidas implementadas nos últimos anos, tais como:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social, utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor de clientes;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Avaliação regular do risco de reputação através dos processos de “assessment” (matrizes de gestão de risco);
- Desenvolvimento dos Planos de Continuidade de Negócio, em que a perda de reputação é um dos cenários de emergência previstos.

NOTA 28 – MARGEM DE SOLVÊNCIA

A Companhia está sujeita aos requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar nº6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar nº12/2008-R, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Os requisitos de solvência são determinados de acordo com as demonstrações financeiras estatutárias da Companhia, as quais são preparadas de acordo com as normas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, em que estabeleceu a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, encontrando-se atento às alterações das condicionantes económicas, bem como às características de risco da Companhia. Os requisitos de Capital da Companhia são acompanhados mensalmente e avaliados em função do capital previsto disponível. O processo é em última análise, sujeito à aprovação pela Comissão Executiva da Companhia.

A Companhia no exercício em análise apresentou uma margem de solvência em consonância com as regras estabelecidas, não tendo sido efetuada quaisquer alterações ao Capital Social, objetivos, políticas e procedimentos face ao ano anterior.

Apresenta-se um breve resumo da margem de solvência exigida:

	2015 (*)	2014
Capital social realizado	15.000.000	15.000.000
Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	3.337.825	4.442.634
Reserva por impostos diferidos	(834.456)	(1.110.658)
Outras Reservas	6.565.200	5.798.842
Resultados transitados	2.658	1.233.294
Resultado líquido do exercício	5.885.215	7.732.627
Distribuição de dividendos (*)	(5.296.500)	(8.190.000)
Imobilizações incorpóreas líquidas	(1.155.658)	(1.778.547)
Elementos Constitutivos da Margem Solvência (1)	23.504.283	23.128.191
Pelo método dos prémios	12.193.943	12.339.558
Pelo método dos sinistros	11.824.033	11.645.083
Pelo resultado limite	12.339.558	11.848.548
Montante da margem de solvência a constituir (2)	12.339.558	12.339.558
Montante do fundo de garantia a constituir	4.197.817	4.274.005
Excesso / (insuficiência) margem solvência = (1) - (2)	11.164.725	10.788.633
Taxa cobertura margem solvência = (1) / (2)	190,5%	187,4%

(*) Elementos previsionais, considerando a distribuição de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

A Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009 e alterações posteriores, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício. A referida lei estabelece, entre outros, o novo regime de Solvência (Solvência II) aplicável ao setor segurador, produzindo efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016.

De forma a cumprir as obrigações impostas pela nova regulamentação de Solvência II, a GNB – Companhia de Seguros, S.A., estabeleceu um plano de implementação que foi remetido à ASF, no âmbito da Circular n.º 5/2014, de 12 de Dezembro, contendo, entre outros a calendarização das tarefas planeadas e respetivo grau de execução e a abordagem aos vários tipos de requisitos incluídos no regime Solvência II (quantitativos, qualitativos e de reporte e divulgação de informação).

De acordo com o Regulamento Delegado em vigor, a Companhia terá de enviar à ASF até 20 semanas após 1 de janeiro de 2016, os dados definitivos do Balanço económico de abertura de acordo com os novos critérios de Solvência e os valores relativos ao requisito de capital de solvência (SCR) e ao requisito de capital mínimo (MCR) com referência à data de entrada em vigor do novo regime, ou seja, 1 de janeiro de 2016. Consequentemente, à data atual, o Conselho de Administração não dispõe de informação definitiva, encontrando-se o Plano de Implementação em fase de execução, com as suas diversas fases e atividades a serem executadas de acordo com o calendário previsto. No entanto, é entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação preliminar de que dispõe, que a Companhia cumpre com o requisito de capital de solvência II.

NOTA 29 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS
Operações Intra-Grupo

Os saldos apresentados resultam das operações realizadas com entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas. Estas operações inserem-se no normal desenvolvimento da atividade da Companhia.

		2015				2014			
		ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
Novo Banco	1-2	6.839.059	2.668.648	6.504.169	18.995	9.822.552	6.639.779	2.050.553	21.478
	Ativos financeiros	6.839.059	-	-	18.995	9.822.552	-	-	21.478
	Prestação de serviços	-	2.668.648	6.504.169	-	-	6.639.779	2.050.553	-
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.		-	30.566	67.522	-	-	39.377	42.610	-
	Prestação de serviços	-	30.566	67.522	-	-	39.377	42.610	-
Soc. Gestora de Fundos de Pensões S.A.		-	-	212	-	-	431.852	3.526	-
	Prestação de serviços	-	-	212	-	-	431.852	3.526	-
Besleasing & Factoring, S.A.	2	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
ESEGUR, S.A.		-	-	2.646	-	-	-	2.496	-
	Prestação de serviços	-	-	2.646	-	-	-	2.496	-
ES Contact Center, S.A.		83.125	-	-	-	48.497	-	-	-
	Prestação de serviços	83.125	-	-	-	48.497	-	-	-
SGL Multipessoal, S.A.		-	2.524	38.021	-	-	2.456	40.334	-
	Prestação de serviços	-	2.524	38.021	-	-	2.456	40.334	-
Multipessoal, S.A.		-	-	-	-	-	-	-	-
	Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	1-2	220.185	4.059	4.006	-	182.203	962	3.653	-
	Ativos financeiros	220.185	-	-	-	182.203	-	-	-
	Prestação de serviços	-	4.059	4.006	-	-	962	3.653	-
Europ Assistance - Serviços Assistência	5	-	-	35.700	-	-	-	42.731	-
	Prestação de serviços	-	-	35.700	-	-	-	42.731	-
CREDIT AGRICOLE ASSURANCES, S.A.		-	35.474	18.074	-	-	20.901	20.176	-
	Prestação de serviços	-	35.474	18.074	-	-	20.901	20.176	-
CREDIT AGRICOLE SA		4.256.230	-	-	174.859	4.383.038	19.552	-	276.270
	Ativos financeiros	4.256.230	-	-	174.859	4.383.038	19.552	-	276.270
Europ Assistance	4	-	263.467	-	3.144.851	-	271.843	-	3.235.015
	Prestação de serviços	-	263.467	-	3.144.851	-	271.843	-	3.235.015
GNB Seguros Vida, S.A.	3	-	86.596	259.051	-	-	62.366	257.993	-
	Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
	Prestação de serviços	-	86.596	259.051	-	-	62.366	257.993	-
Novo Banco dos Açores	1-2	232.283	276.693	-	133.960	302.833	143.093	29.845	118.509
	Ativos financeiros	232.283	-	-	-	302.833	-	-	-
	Prestação de serviços	-	276.693	-	133.960	-	143.093	29.845	118.509
AdvanceCare, S.A.	5	-	688.010	4.167.393	-	-	816.548	4.390.393	-
	Prestação de serviços	-	688.010	4.167.393	-	-	816.548	4.390.393	-
Esumédica, S.A.		-	0	3.675	-	-	1.015	5.778	-
	Prestação de serviços	-	0	3.675	-	-	1.015	5.778	-
		11.630.883	4.056.037	11.100.469	3.472.665	14.739.123	8.449.745	6.890.088	3.651.272

A natureza do relacionamento entre a GNB Seguros e as entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de:

- (1*) Comercialização de seguros;
 (2*) Investimentos em títulos de dívida;
 (3*) Empréstimos concedidos e arrendamento;
 (4*) Resseguro;
 (5*) Gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença.

Durante os exercícios de 31 de Dezembro de 2015 e 2014, não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus Acionistas.

NOTA 30 – NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

Normas e interpretações que se tornaram de aplicação efectiva a 1 de Janeiro de 2015

Em resultado das orientações emitidas por parte da União Europeia, ocorreram as seguintes emissões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2015:

Normas

- Melhorias às normas 2011 - 2013. Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas melhorias não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Interpretações

- IFRIC 21 (nova), 'Taxas'. A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento - IRC) corresponde à actividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas, alterações a normas existentes e interpretações que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2015, e que a Companhia decidiu não adoptar antecipadamente

e que a Companhia decidiu não adoptar antecipadamente

Normas

- Melhorias às normas 2010 - 2012, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2015). Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24. A única melhoria que se espera que venha a ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia é a IFRS 8, que exigirá divulgações adicionais.
- IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2015). A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial. A alteração terá impacto no conceito de uma planta que produz activos biológicos consumíveis, e retira este tipo de activos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Activos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os activos biológicos produzidos por estas plantas mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 11 (alteração), ‘Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Melhorias às normas 2012 - 2014, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Melhorias que não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 9 (nova), ‘Instrumentos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 15 (nova), ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar activos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflecte a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”. A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

NOTA 31 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Lisboa, 18 de Março de 2016

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Anexo 1

Identificação dos Títulos	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES								
1.1 - Títulos nacionais								
1.1.2 - Partes de capital em associadas								
1.1.2.1 Acções								
ADVANCECARE- GESTÃO E SERVIÇOS SAUDE		1			4,99	5	7,89	8
ES CONTACT		43.750			1,10	48.162	1,90	83.125
	Sub-total	43.751				48.167		83.133
	Total	43.751				48.167		83.133
1.2 - Títulos estrangeiros								
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas								
CREDIT AGRICOLE 5.875% /2009 - 11/06/2019			3.000.000	1,00		3.006.328		3.600.586
CREDIT AGRICOLE 2.375% /2014 - 20/05/2024			600.000	1,00		597.342		655.644
	Sub-total					3.603.670		4.256.230
	Total					3.603.670		4.256.230
2 - OUTROS TÍTULOS								
2.1 - Títulos nacionais								
2.1.2 Títulos de dívida								
2.1.2.1 De dívida pública								
PGB 4.75% /2009 - 14/06/2019			3.000.000	1,00		2.990.400		3.492.919
	Sub-total					2.990.400		3.492.919
	Total					2.990.400		3.492.919
2.2 Títulos Estrangeiros								
2.2.1 Instrumentos de Capital e unidades de participação								
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
DOW JONES EURO STOXX 50 EX		38.523			27,47	1.058.215	33,10	1.274.919
LYXOR ETF MSCI EUROPE		7.080			88,85	629.090	123,00	870.840
ISHARES STOXX 600 DE		39.300			30,39	1.194.309	32,70	1.285.110
ISHARES MSCI WORLD UCITS ET		30.620			38,51	1.179.087	36,90	1.129.878
	Sub-total	115.523				4.060.701		4.560.747
2.2.2 Títulos de dívida								
2.2.2.1 De dívida pública								
FINNISH GOVERNMENT 0.375% 2014/15-09-2020			800.000	0,99		795.280		814.069
FRTR 0.5% /2014 - 25/11/2019			7.500.000	1,00		7.485.678		7.664.939
REPUBLIC OF POLAND 3% - 2014 - 15/01/2024			500.000	1,00		498.665		582.984
	Sub-total					8.779.623		9.061.991
2.2.2.3 De outros emissores								
3M 1.875% - 2013 / 15-11-2021			700.000	0,99		695.479		745.680
AMERICAN HONDA FINANCE 1.875% /2013 - 04/09/2019			500.000	1,00		499.418		527.453
ANGLO AMERICAN 1.75% /2013 - 20/11/2017			500.000	1,00		498.450		440.980
ANHEUSER-BUSCH 1.25% - 2012 / 24-03-2017			1.000.000	1,00		1.004.240		1.022.101
APPLE INC 1% /2014 - 10/11/2022			300.000	0,99		298.155		301.822
APT PIPELINES LTD 1.375% /2015 - 22/03/2022			500.000	1,00		498.375		482.847
AT & T INC 1.875% /2012 - 04/12/2020			750.000	0,99		744.175		783.662
ATLANTIA 4.375% - 2012 / 16-03-2020			500.000	1,04		517.744		594.023
AUCHAN SA 3.625% /2011 - 19/10/2018			1.000.000	1,06		1.063.917		1.097.950
AUST & NZ BANK GROUP 0.375% 2014/19-11-2019			500.000	1,00		498.870		500.194
BABCOCK INTL GROUP PLC 1.75% /2014 - 06/10/2022			500.000	1,00		497.740		500.831
BK NEDERLANDSE GEMEENTEN 1.5% /2013 - 15/04/2020			1.000.000	1,00		995.505		1.069.406
BK TOKIO-MITSUBISHI UFJ 0.875% /2015 - 11/03/2022			500.000	1,00		497.770		493.341
BMW 1.5% - 2012 / 05-06-2018			750.000	1,00		748.967		776.682
BMW FINANCE NV 1.25% 2014/05-09-2022			250.000	1,00		249.105		251.646
BNP PARIBAS Float /2015 - 15/01/2020			600.000	1,00		600.030		601.212
BP CAP MARKETS 3.83% /2010 - 06/10/2017			800.000	1,05		837.268		856.488
BP CAPITAL MARKETS PLC 1.526% 2014 / 26-09-2022			500.000	1,00		500.030		506.451
BSH BOSCH UND SIEMENS HA 1.875% 2013/13-11-2020			500.000	0,99		497.182		528.330
CAISSE CENTRALE DESJARDN 0.375% 2014/22-10-2019			500.000	1,00		498.770		500.809
CANADIAN IMPERIAL BANK 0.375% /2014 - 15/10/2019			500.000	1,00		498.145		502.204
CARREFOUR SA 1.75% /2013 - 22/05/2019			500.000	1,00		499.214		526.031
CATERPILLAR FINANCIAL SE 0.75% 2015/13-10-2020			500.000	1,00		497.950		502.349
COCA-COLA 1.125% 2014 / 22-09-2022			1.000.000	0,99		991.470		1.016.613
COCA-COLA Enterp 2.625% - 2013/06-11-2023			600.000	1,00		597.879		640.197
CODELCO INC 2.25% 2014-09/07/2024			800.000	0,99		789.686		754.159
CRED MUT CIC HOME 3.375% /2011 - 18/07/2016			1.000.000	1,00		1.000.575		1.033.887
CREDIT SUISSE 0.625% 2014/20-11-2018			800.000	1,00		798.806		805.920
CREDIT SUISSE LD 1.375% /2014 - 31/01/2022			500.000	1,00		498.655		514.761
DAIMLER AG 2% /2013 - 07/04/2020			300.000	0,99		297.751		323.794
DANONE 1.125% /2012 - 27/11/2017			700.000	1,00		698.650		712.954
DEUTSCH BAHN FIN BV 2.875% 2011 - 30/06/2016			1.000.000	1,00		1.003.562		1.028.624
DEUTSCHE BANK AG 1.25% /2014 - 08/09/2021			900.000	0,99		894.648		905.844
EFSF 1.625% /2012 - 15/09/2017			1.000.000	1,02		1.018.644		1.035.531
EFSF 2.75% /2011 - 05/12/2016			2.000.000	1,00		1.998.509		2.058.339
EIB Float /2010 - 15/01/2018			2.000.000	0,99		1.987.404		2.010.000
ELI LILLY & CO 1% /2015 - 02/06/2022 (Call=03/03/2022)			500.000	0,99		495.244		502.826
ENEL-SOCIETA PER AZIONI 4.75% /2003 - 12/06/2018			500.000	1,05		524.132		566.183
ENEXIS HOLDING NV 1.875% /2012 - 13/11/2020			500.000	0,99		496.660		526.530
	Sub-total					27.828.773		28.548.653

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
Continuação					27.828.773		28.548.653
ENI SPA 3.5% 2010 - 29/01/2018		600.000	1,07		640.669		657.336
EVONIK INDUSTRIES AG 1% /2015 - 23/01/2023 (Call=23/10/2022)		500.000	0,99		496.715		495.670
GAZ CAPITAL 3.755% /2012 - 15-03-2017		500.000	1,01		503.774		514.928
GENERAL ELECTRIC CO 1.25% /2015 - 26/05/2023 (Call=26/02/2023)		500.000	1,00		498.595		505.221
HEINEKEN NV 2% /2013 - 06/04/2021		500.000	1,00		498.073		532.140
HSBC BANK PLC 3.875% /2011 - 24/10/2018		1.000.000	1,12		1.116.382		1.107.259
IBM 1.375% - 2012 / 19-11-2019		500.000	1,00		498.272		519.974
IMP TOBACCO 2.25% - 2014 / 26-02-2021		250.000	0,99		248.165		267.552
ING BANK NV 0.7% /2015 - 16/04/2020		500.000	1,00		498.775		502.762
IPC GMTN LTD 4.875% 14/05/2016		1.000.000	1,06		1.062.564		1.047.018
JOHN DEERE BANK SA 1.5% /2013 - 16/07/2018		200.000	1,00		199.975		207.431
JPMORGAN CHASE & CO 1.875% /2012 - 21/11/2019		1.000.000	0,99		994.033		1.052.389
KERING 1.375% /2014 - 01/10/2021		200.000	1,00		199.394		201.818
LLOYDS BANK PLC 1% 2014/19-11-2021		400.000	0,99		396.842		400.115
MACQUARIE BANK LTD 1% /2014 - 16/09/2019		500.000	1,00		500.030		508.633
MACQUARIE BANK LTD 2.5% 2013-18/09/2018		500.000	1,00		498.322		529.437
MICROSOFT CORP 2.125% 2013-06/12/2021 (Call=06/09/2021)		200.000	1,00		199.295		216.308
MORGAN STANLEY 2.375% - 2014 / 31-03-2021		500.000	1,00		498.120		539.002
MORGAN STANLEY Float 2014/19-11-2019		500.000	1,00		499.285		502.320
MORRISON SUPERMARKETS 2.25% - 2013 / 19-06-2020		500.000	0,99		497.138		514.609
MOTABILITY OPERATIONS GR 1.625% /2015 - 09/06/2023		250.000	0,99		247.770		258.878
NATIONAL AUSTRALIA BANK 2% 2013/12-11-2020		500.000	0,99		496.175		532.614
NATIONAL GRID NA INC 1.75% 2013/20-02-2018		500.000	1,01		505.935		522.727
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 1.625% 2014/03-04-2019		500.000	1,00		499.460		524.463
NATL AUSTRALIA BANK Float /2015 - 16/01/2018		400.000	1,00		400.020		400.219
NESTLE FINANCE INTL LTD 0.75% /2012 - 17/10/2016		500.000	1,00		499.637		503.698
NESTLE FINANCE INTL LTD 0.75% /2014 - 08/11/2021		500.000	0,99		496.340		505.623
NORDEA BANK AB 1.375% /2013 - 12/04/2018		700.000	1,00		699.654		724.850
Orange 1.875% /2013 - 02/10/2019		300.000	1,00		298.625		316.143
PEPSICO INC 1.75% 2014/28-04-2021 (Call=26/01/2021)		500.000	1,00		497.585		529.515
PETROLEOS MEXICANOS 1.875% /2015 - 21/04/2022		500.000	0,99		496.630		426.506
PHILIP MORRIS 5.75% /2009 - 24/03/2016		500.000	1,09		542.546		531.052
PHILIP MORRIS INTL INC 1.75% /2013 - 19/03/2020		750.000	0,99		745.739		794.537
POHJOLA BANK PLC 1.75% /2013 - 29/08/2018		500.000	1,00		499.254		521.579
POHJOLA BANK PLC 2% 2014/03-03-2021		500.000	0,99		496.870		542.954
PROCTER & GAMBLE 5.125% /2007 - 24/10/2017		1.000.000	1,14		1.135.264		1.101.492
PUBLICIS GROUPE SA 1.125% /2014 - 16/12/2021 (Call=16/09/2021)		500.000	0,99		497.030		497.606
RABOBANK NEDERLAND 1.75% 2014/22-01-2019		900.000	1,00		895.899		955.886
RIO TINTO FINANCE PLC 2% / 2012 - 5/11/2020		750.000	0,99		745.336		786.808
ROLLS-ROYCE PLC 2.125% 18/06/21		500.000	0,99		496.264		535.045
SABIC CAPITAL I BV 2.75% 2013/20-11-2020		500.000	0,99		496.487		525.290
SANOFI 1% /2012 - 14/11/2017		500.000	1,00		499.086		509.397
SANOFI 1.875% /2013 - 04/09/2020		700.000	0,99		694.669		747.352
SKANDINAVISKA ENSKILDA 1.875% /2012 - 14/11/2019		800.000	0,99		795.457		841.686
SKANDINAVISKA ENSKILDA 2% 2014/19-02-2021		500.000	0,99		497.290		540.605
SMITHS GROUP PLC 1.25% /2015 - 28/04/2023 (Call=28/01/2023)		500.000	0,99		495.488		479.258
SOCGEN 3.125% /2010 - 21/09/2017		1.000.000	1,00		996.968		1.058.954
STANDARD CHART 1.75% - 2012 / 29-10-2017		1.000.000	1,00		999.081		1.027.472
STATOIL ASA 2% - 2013 / 10-09-2020		600.000	0,99		595.997		641.736
SUMITOMO MITSUI BANKING 1% /2015 - 19/01/2022		600.000	1,00		597.012		600.924
SWEDBANK AB 1.5% 2014/18-03-2019		750.000	1,00		748.350		784.622
TEL. ITALIA 4.5% - 2012 / 20-09-2017		500.000	1,03		516.009		538.580
TESCO CORP TREAS SERV 1.25% 2013/13-11-2017		500.000	1,00		498.120		499.970
TOTAL CAPITAL CANADA LTD 1.875% /2013 - 09/07/2020		200.000	0,99		198.473		212.393
TOYOTA MOTOR CREDIT CORP 1.8% /2013 - 23/07/2020		1.000.000	1,00		996.310		1.061.818
VALE SA 4.375% 2010 - 24/03/2018		500.000	1,09		542.540		482.105
VODAFONE 1% - 2014 / 11-09-2020 (cal=11-06-2020)		500.000	0,99		494.280		504.241
WELLS FARGO CO 1.125% /2014 - 29/10/2021		800.000	0,99		795.400		817.045
WESTPAC BANKING CORP 1.375% /2013 - 17/04/2020		1.500.000	1,00		1.497.977		1.571.989
WHIRLPOOL CORP 0.625% /2015 - 12/03/2020		500.000	0,99		497.002		493.070
ESFG 6.875% /2009 - 21/10/2019		1.000.000	0,00		500		650
Sub-total					63.017.719		64.821.927
Total	115.523				75.858.043		78.444.665
3 - TOTAL GERAL	159.274				82.500.280		86.276.947

Anexo 2:

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2013 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2014 (3)	Reajustamentos (3)-(2)-(1)
NÃO VIDA				
Acidentes e Doença				
Acidentes Pessoais	1.849.954	607.264	559.506	(683.184)
Doença	4.048.707	3.661.883	152.120	(234.704)
Incêndio e outros danos	4.452.580	2.194.300	513.236	(1.745.044)
Automóvel				
Responsabilidade Civil	21.599.379	2.665.041	11.097.972	(7.836.366)
Outras Coberturas	1.042.550	278.207	240.125	(524.218)
TOTAL GERAL	32.993.170	9.406.695	12.562.959	(11.023.516)

* Sinistros ocorridos no ano 2014 e anteriores

Anexo 3:

Ramo/Grupos de Ramos	Montantes pagos prestações (1)	Montantes Pagos Custo de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Acidentes e doença				
Acidentes Trabalho	(2.679)	(365)	-	(3.044)
Acidentes Pessoais	(1.030.046)	(4.277)	243.766	(790.557)
Doença	(17.261.424)	(4.021.868)	(419.184)	(21.702.477)
Incendio e outros danos	(10.134.883)	(1.044.023)	404.656	(10.774.249)
Automóvel				
Responsabilidade Civil	(7.431.223)	(1.184.638)	(1.104.315)	(9.720.177)
Outras Coberturas	(1.875.363)	(5.026)	279	(1.880.110)
Total	(37.735.619)	(6.260.197)	(874.798)	(44.870.614)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Anexo 4:

Ramo/Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro**
Seguro Directo					
Acidentes Trabalho	56.037	48.504	(12.044)	(23.906)	(15.903)
Acidentes e doença					
Acidentes Pessoais	3.998.857	5.253.458	(308.994)	(1.455.786)	(1.269.818)
Doença	26.022.876	26.092.862	(22.395.328)	(3.436.635)	(438.806)
Incendio e outros danos	24.179.999	24.257.411	(11.359.929)	(5.133.951)	(1.899.443)
Automóvel					
Responsabilidade Civil	10.590.546	10.816.566	(10.492.787)	(2.648.515)	(1.313.180)
Outras Coberturas	5.125.489	5.134.071	(2.081.808)	(415.259)	(281.975)
Total	69.973.804	71.602.872	(46.650.890)	(13.114.051)	(5.219.125)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

** Saldo favorável aos Resseguradores

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de GNB – Companhia de Seguros, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de ativo de 108.185.351 Euros e um total de capital próprio de 29.956.441 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.885.214 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da GNB – Companhia de Seguros, S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor segurador em Portugal, estabelecido pelo plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007, de Abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respetivas alterações subsequentes.

Ênfase

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o referido no capítulo 1.4.12 do Relatório de Gestão, quanto à permanência do clima de incerteza e instabilidade em torno do Novo Banco, com constrangimentos ao nível do negócio e com potenciais impactos diretos e indiretos no funcionamento da Companhia.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 29 de Março de 2016

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC nº 739)

RELATORIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL DA
GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Exercício de 2015

Exmos. Senhores Accionistas da
GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

1. Nos termos da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da GNB - Companhia de Seguros, S.A. (GNB Seguros) apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respectiva certificação legal das contas emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas.
2. No âmbito das nossas atribuições acompanhámos com regularidade, ao longo do exercício de 2015, a actividade da GNB Seguros e a sua gestão, através da análise dos documentos contabilísticos que nos foram regularmente disponibilizados, bem como dos esclarecimentos complementares que solicitamos ao Conselho de Administração e aos Serviços, de quem obtivemos sempre toda a colaboração requerida.
Efectuámos, ainda, as acções de verificação e comprovação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações de fiscalização.
3. Durante o exercício de 2015 acompanhámos, também, com particular interesse e detalhe os desenvolvimentos dos procedimentos adoptados pela Companhia, nomeadamente, nas áreas da gestão do risco e do sistema de controlo interno, bem como da infra-estrutura informática para obtenção do crescente aproveitamento de sinergias.

4. Continuaram, também, a ser objecto da nossa melhor atenção os reflexos, ao nível da Companhia, da crise económica e financeira nacional e internacional que tem vindo a marcar de forma significativa todos os sectores de actividade e, nomeadamente, o sector segurador, tanto em Portugal como em praticamente todo o mundo.

5. Constatámos que a GNB Seguros continua a adoptar uma política de utilização racional dos seus recursos, de rigoroso controlo de custos e de minimização dos riscos inerentes á sua actividade operacional e financeira.

Verificámos que tem progredido de forma regular no aperfeiçoamento dos seus sistemas de controlo interno; tendo em vista habilitar a GNB Seguros a responder satisfatoriamente aos actuais desafios específicos do sector, em consonância com as melhores práticas internacionais e dando cumprimento aos requisitos regulamentares locais aplicáveis.

6. Conforme nos compete, acompanhámos também:

- i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte; e
- ii) a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados pela Companhia.

O desempenho técnico destas funções é da responsabilidade da sociedade de revisores oficiais de contas da GNB Seguros, com quem reunimos por duas vezes (semestral e anual).

7. Após o final do exercício de 2015, procedemos à apreciação do relatório de gestão e das contas que nos foram apresentadas pelo Conselho de Administração, tendo constatado que o referido relatório obedece às disposições legais e estatutárias e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Companhia durante o exercício.

8. O Conselho Fiscal apreciou, ainda, a certificação legal das contas emitida, sem reservas e sem ênfases, sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2015 pela sociedade de revisores oficiais de contas e com a qual concordamos.

9. Como resultado das acções de fiscalização exercidas, somos de parecer que a Assembleia Geral da GNB - Companhia de Seguros, S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Os termos da proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos do exercício;
- c) Um voto de apreço e confiança ao Conselho de Administração pela forma criteriosa e eficaz como conduziu os negócios da GNB Seguros.

Lisboa, 30 de Março de 2016

O CONSELHO FISCAL